

### Anexo 5.3

*ao Instrumento Particular De Acordo e Outras Avenças “Master Agreement CQGDNSA”*

#### **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças (“Contrato”), as partes abaixo (cada qual uma “Parte”, e, em conjunto, as “Partes”):

- 1) AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 9º andar, cj. 94, parte R, Itaim Bibi, CEP 05430-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representado nos termos do seu Contrato Social (“Arataú”);
- 2) QUEIROZ GALVÃO S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, Parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.798/0001-55, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social (“QGSA” e, quando em conjunto com Arataú, “Garantidor”);
- 3) BANCO BRADESCO S.A.** e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato por si e por sua agência em Grand Cayman representadas por sua Agência 7072-6, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/9064-99, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 228 – subsolo, Botafogo, CEP 22.250-040, na forma do seu Estatuto Social (“Bradesco”);
- 4) READING FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimento em direito creditório não padronizado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.818.107/0001-10, neste ato devidamente representado por sua administradora, **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.695.922/0001-09, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 18.897, de 7 de julho de 2021 (“Reading”);

- 5) **PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Av. Almirante Barroso, nº 63, sala 806, Centro, CEP 20031-003, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.268.321/0001-05, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("PMOEL");
- 6) **PENSILVÂNIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimentos inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.462.226/0001-82, neste ato representado por sua administradora **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.695.922/0001-09, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 18.897, de 7 de julho de 2021 ("Pensilvânia");
- 7) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89 ("BNDES");
- 8) **BOJNICE 421 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimentos inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.879.122/0001-09, representado por sua administradora **REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.829.992/0001-86, por seus representantes legais ("Bojnice" e, quando em conjunto com o Bradesco, o Reading, a PMOEL, o Pensilvania e o BNDES, os "Credores");
- 9) **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** (atual razão social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar, Centro, CEP 20.050-005, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, atuando como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para

distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Debenturistas QGSA") ("Pavarini"); e

- 10) GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 3.000, parte 3, Bloco Itanhangá, sala 3105, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, atuando como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Álya Construtora S.A. ("Debenturistas CQG") e da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. – Em Recuperação Judicial ("Debenturistas QGDI") ("GDC" e, quando em conjunto com a Pavarini, os "Agentes Fiduciários").

**CONSIDERANDO QUE:**

**A.** Em 26 de agosto de 2019, dentre outros contratos, foram celebrados:

- (i) o Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças, entre Banco Bradesco S.A., Pensilvânia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (na qualidade de cessionário do Fundo de Gestão e Recuperação – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do JCI II – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do JCI III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do JCI IV A – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do JCI IV C – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do Ativos Especiais II – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do Ativos Especiais III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, do Itaú Unibanco S.A. e do Banco Votorantim), Bojnice 421 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (na qualidade de cessionário do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Reading Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (na qualidade de cessionário do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander")), Banco do Brasil S.A. e PMOEL Recebíveis Ltda. (ou,

conforme aplicável, filiais, agências, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertencem, investidores que neles investem ou fundos de investimento do qual são investidores), Queiroz Galvão S.A. ("QGSA"); Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré; Álya Construtora S.A. (atual denominação da Construtora Queiroz Galvão S.A.) ("CQG"); Álya Construtora S.A. – Sucursal Angola (atual denominação da Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Angola); Álya Construtora S.A. – Sucursal Chile (atual denominação da Construtora Queiroz Galvão S.A. – Sucursal Chile); CQG Oil & Gas Contractors Inc.; COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda.; Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (também na qualidade de sucessora da Queiroz Galvão Infraestrutura S.A., da Queiroz Galvão Logística S.A. e da Queiroz Galvão Saneamento S.A.) ("QGDN"); Tique Investments Holding Ltd. (atual denominação da Queiroz Galvão International Ltd.); Queiroz Galvão Mineração S.A. e Timbaúba S.A., celebrado em 26 de agosto de 2019, conforme aditado de tempos em tempos (o "Acordo Global de Reestruturação"), para regular a reestruturação de dívidas de parte do grupo econômico da Queiroz Galvão S.A. que se convencionou chamar de Ecossistema CQGDNSA;

- (ii) o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças celebrado entre o BNDES, a Queiroz Galvão S.A., a Álya Construtora S.A. e a Queiroz Galvão Naval S.A ("Acordo BNDES-EAS"), para regular as disposições aplicáveis a garantias fidejussórias outorgadas em benefício dos Créditos BNDES EAS (abaixo definido), o que se convencionou chamar de Ecossistema EAS;
- (iii) o Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças, que trata da reestruturação de dívidas da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("QGDI"), entre o Bradesco, o Fundo de Gestão e Recuperação – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (na qualidade de cessionário do Itaú Unibanco S.A.), o Banco do Brasil S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. (como sucessor da Novaportfolio Participações S.A.), na qualidade de credores, e a QGDI, a QGSA, a CQG e a Queiroz Galvão Empreendimentos Ltda., na qualidade de devedores, celebrado em 26 de agosto de 2019, conforme aditado de tempos em tempos ("Acordo QGDI").

**B.** Em 28 de janeiro de 2020, o Crédito BNDES-EAS foi integralmente escalonado, nos termos da Cláusula 2.14.1 do Acordo Global de Reestruturação, de modo que o BNDES passou a se qualificar como um Credor observadas as disposições do Acordo Global de Reestruturação;

- C. Nos termos da cláusula 6.4(ii) do Acordo Global de Reestruturação, foi constituída garantia, em favor dos Credores, em caráter compartilhado, sobre os recebíveis oriundos da Venda da Fazenda, conforme listados na cláusula 1.2 do 5º Aditamento ao Acordo Global de Reestruturação ("Recebíveis Fazenda"), por meio do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças – Rio Arataú, celebrado entre a Arataú, o Bradesco, o Itaú Unibanco S.A., o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, o Santander, o Banco Votorantim S.A., o BNDES, o Banco do Brasil, a PMOEL, o Banco BTG Pactual S.A., a Pavarini, a GDC e a TMF Administração e Gestão de Ativos Ltda., em 19 de maio de 2022 ("Cessão Fiduciária dos Recebíveis Fazenda");
- D. Nos termos da cláusula 6.4(v) do Acordo Global de Reestruturação, foi constituída garantia, em favor dos Credores, em caráter compartilhado, sobre um imóvel constituído de um terreno situado no Município e Comarca de Atibaia-SP, bairro do Mato Dentro, com acesso pelo Km 37,5 da pista Norte da Rodovia Fernão Dias, descrito e caracterizado na matrícula nº 90.850 ("Imóvel Atibaia"), por meio do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária do Imóvel Atibaia com Condição Resolutiva Expressa e Outras Avenças, celebrado entre a Arataú, o Bradesco, o Itaú Unibanco S.A., o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, o Santander, o Banco Votorantim S.A., o BNDES, a PMOEL, a TMF Administração e Gestão de Ativos Ltda., a Pavarini e a GDC, em 19 de maio de 2022 ("Alienação Fiduciária Imóvel Atibaia");
- E. Na presente data, as Partes celebraram, juntamente com outras Pessoas, o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças "Master Agreement CQGDNSA" ("Master Agreement CQGDNSA");
- F. De acordo com os termos e condições previstos no Master Agreement CQGDNSA, (i) os Recebíveis Fazenda deverão ser transferidos pela Arataú para o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RECUPERADOS QUESTÕES GLOBAIS NÃO PADRONIZADO**, fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.041.351/0001-19 ("FIDC"), mediante a emissão de cotas do FIDC para a Arataú ("Cotas FIDC") e (ii) o Imóvel Atibaia deverá ser transferido pela Arataú para o **FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO TERRENO QUINTAS GLOBAIS**, fundo de investimento imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.041.467/0001-58 ("FII"), mediante a emissão de cotas do FII para a Arataú ("Cotas FII");

**G.** De acordo com os termos e condições previstos no Master Agreement CQGDNSA, cada um dos Credores deverá receber do Garantidor, a título de dação em pagamento, a fim de amortizar seus Créditos (conforme definido no Master Agreement CQGDNSA), as Cotas FIDC e as Cotas FII, nas proporções previstas no **ANEXO I** deste Contrato ("Dações em Pagamento");

**H.** A fim de viabilizar garantir o cumprimento das Dações em Pagamento, e em cumprimento das disposições constantes do Master Agreement CQGDNSA e para garantir as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), o Garantidor obrigou-se a alienar fiduciariamente em garantia, em favor dos Credores, a totalidade das cotas emitidas ou que venham a ser emitidas pelo FIDC e pelo FII, bem como ceder fiduciariamente todos e quaisquer frutos rendimentos e vantagens que forem atribuídos a tais cotas alienadas fiduciariamente.

**ISTO POSTO**, as Partes têm entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

## **1. PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES**

**1.1.** Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Contrato são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos no Acordo Global de Reestruturação ou no Master Agreement CQGDNSA. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões "deste Contrato", "neste Contrato" e "conforme previsto neste Contrato" e expressões similares quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato; e referências a cláusula, sub-cláusula, adendo e anexo estão relacionadas a este Contrato, a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste Contrato terão as definições a eles aqui atribuídas quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

**1.2.** Salvo se expressamente estabelecido em contrário neste Contrato, toda e qualquer definição deste Contrato que corresponda a um contrato, documento, título ou instrumento refere-se a tal contrato, documento, título ou instrumento conforme aditado de tempos em tempos.

**1.3.** Para fins do presente Contrato, as expressões referidas abaixo têm os significados a seguir indicados:

(i) "**Acordo BNDES-EAS**" possui o significado atribuído no Considerando A.

- (ii) “**Acordo Global de Reestruturação**” possui o significado atribuído no Considerando A.
- (iii) “**Acordo QGDI**” possui o significado atribuído no Considerando A.
- (iv) “**Agentes Fiduciários**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (v) “**Alienação Fiduciária Imóvel Atibaia**” possui o significado atribuído no Considerando D.
- (vi) “**Arataú**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (vii) “**Autoridade**” significa qualquer departamento de governo ou governamental nacional, supranacional, regional ou local, estatutário, regulatório, administrativo, fiscal, judicial, ou governamental local, comissão, conselho, agência, autoridade ou órgão governamental, departamento, comissão, autoridade, tribunal, agência ou entidade, ou banco central (ou qualquer Pessoa controlada pelo governo e independentemente de ser constituída ou denominada, que exerça as funções de banco central), incluindo juntas comerciais e a Receita Federal do Brasil.
- (viii) “**Autorizações**” significa toda e qualquer autorização, concessão, permissão, aprovação (incluindo sem limitação de natureza societária, regulatória e de terceiros credores), licença, consentimento, permissão, registro, notarização e consularização, seja emanado de uma Autoridade ou não.
- (ix) “**Bens Alienados Fiduciariamente**” significa, conjuntamente, as Cotas e os Direitos Econômicos das Cotas.
- (x) “**BNDES**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xi) “**Bradesco**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xii) “**Bojnice**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xiii) “**Cartórios Competentes**” significa os cartórios de registro de títulos e documentos localizados na sede das Partes, quais sejam os cartórios das comarcas do Rio de Janeiro/RJ e de São Paulo/SP, bem como os cartórios de títulos e documentos de qualquer outra comarca em que a sede de qualquer uma das Partes venha a ser estabelecida futuramente.

- (xiv) "**Cessão Fiduciária dos Recebíveis Fazenda**" possui o significado atribuído no Considerando C.
- (xv) "**CNPJ/MF**" significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
- (xvi) "**Código Civil Brasileiro**" significa o Código Civil aprovado pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
- (xvii) "**Código de Processo Civil Brasileiro**" significa o Código de Processo Civil aprovado pela Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada.
- (xviii) "**Contrato**" significa o presente Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças.
- (xix) "**Contratos de Garantia**" significam os instrumentos de garantia celebrados no âmbito do Acordo Global de Reestruturação, no Acordo BNDES-EAS e no Acordo QGDI.
- (xx) "**Cota**" ou "**Cotas**" significa as cotas de emissão do FIDC e do FII de titularidade do Garantidor, conforme descritas no **ANEXO I** ao presente Contrato.
- (xxi) "**Cotas Adicionais**" possui o significado atribuído no Considerando Cláusula 2.2 deste Contrato.
- (xxii) "**Cotas FIDC**" possui o significado atribuído no Considerando F.
- (xxiii) "**Cotas FII**" possui o significado atribuído no Considerando F.
- (xxiv) "**CQG**" possui o significado atribuído no Considerando A.
- (xxv) "**Crédito BNDES EAS**" significa o conjunto formado pelos endividamentos relativos a contratos de financiamento celebrados entre o BNDES e o Estaleiro Atlântico Sul S.A., listados no **ANEXO II**, bem como instrumentos a eles relacionados ou acessórios, os quais são garantidos por fianças outorgadas pela Queiroz Galvão S.A. e Álya Construtora S.A., na forma indicada pelo Acordo Global de Reestruturação e Acordo BNDES-EAS.
- (xxvi) "**Credores**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxvii) "**Dações em Pagamento**" possui o significado atribuído no Considerando G.



- (xxviii) "**Debenturistas QGSA**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxix) "**Debenturistas CQG**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xxx) "**Dia Útil**" significa qualquer dia útil, para fins de operações praticadas no mercado financeiro brasileiro, conforme especificado na Resolução nº 2.932 do Conselho Monetário Nacional.
- (xxxi) "**Direitos Econômicos das Cotas Adicionais**" possui o significado atribuído na Cláusula 2.2 deste Contrato.
- (xxxii) "**Direitos Econômicos das Cotas**" significa todos e quaisquer frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Cotas, a qualquer título, inclusive direitos a lucros, juros sobre o capital próprio, bonificações, haveres, e/ou quaisquer outras formas de rendimentos, proventos, remunerações ou pagamentos, em espécie ou bens (*in kind*), também incluídas quaisquer hipóteses de resgates, amortizações, permutas e/ou recompras de Cotas.
- (xxxiii) "**Documentos da Reestruturação**" significa, em conjunto, o Acordo Global de Reestruturação, o Acordo BNDES-EAS, o Acordo QGDI, os instrumentos de dívida listados no **ANEXO II**, bem como os Contratos de Garantia.
- (xxxiv) "**Evento de Execução**" possui o significado atribuído na Cláusula 8.1 deste Contrato.
- (xxxv) "**Evento de Liquidez**" possui o significado que lhe é atribuído no Acordo Global de Reestruturação.
- (xxxvi) "**FIDC**" possui o significado atribuído no Considerando F.
- (xxxvii) "**FII**" possui o significado atribuído no Considerando F.
- (xxxviii) "**Garantia**" possui o significado atribuído na Cláusula 2.1 deste Contrato.
- (xxxix) "**Garantidor**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xl) "**GDC**" possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (xli) "**Gravame**" significa qualquer hipoteca, penhor, encargo, arrendamento, usufruto, alienação fiduciária, cessão fiduciária, ônus, gravame, arresto, penhora, sequestro, bloqueio ou qualquer outra garantia ou medida que tenha o efeito prático de constituição de direito real ou fiduciário em

favor de terceiros ou que possa afetar a propriedade ou a disponibilidade do bem em questão, bem como quaisquer opções de compra ou venda, promessa de venda ou compra, compromisso de recompra ou qualquer outro arranjo contratual que possa afetar a propriedade ou a disponibilidade do bem em questão.

- (xlii) “**Grupo Queiroz Galvão**” significa, conjuntamente, o Garantidor e as demais sociedades que sejam Controladas, direta ou indiretamente, pela Queiroz Galvão S.A.
- (xliii) “**Imóvel Atibaia**” possui o significado atribuído no Considerando D.
- (xliv) “**Lei Aplicável**” significa qualquer legislação, incluindo lei, decreto, medida provisória, portaria, regulamento, resolução ou instrução que se encontre vigente de tempos em tempos e seja aplicável à Pessoa em questão.
- (xlv) “**Leis de Compliance**” significa, em conjunto, (i) leis, regulamentos e normas aplicáveis em vigor no Brasil que versam sobre atos de corrupção, atos lesivos contra a administração pública, pagamento de propina, abatimento ou remuneração ilícita, suborno e/ou tráfico de influência, incluindo, sem limitação, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, a Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, no que lhes for aplicável; e (ii) eventuais leis, regulamentos e/ou normas de outras jurisdições aplicáveis.
- (xlvi) “**Master Agreement CQGDNSA**” possui o significado atribuído no Considerando E.
- (xlvii) “**Obrigações Garantidas**” significa, em conjunto, o Master Agreement CQGDNSA, as Obrigações Garantidas CQGDNSA, Obrigações Garantidas EAS e as Obrigações Garantidas QGDI.
- (xlviii) “**Obrigações Garantidas CQGDNSA**” significa as obrigações assumidas pela Queiroz Galvão S.A., Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Álya Construtora S.A., Álya Construtora S.A. – Sucursal Angola, Álya Construtora S.A.- Sucursal Chile, CQG Oil & Gas Contractors Inc., Cosima

– Siderúrgica do Maranhão Ltda., Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., Tique Investments Holding Ltd., Queiroz Galvão Mineração Ltda. e Timbaúba S.A. decorrentes dos instrumentos de dívida listados no **ANEXO II** deste Contrato.

- (xlix) “**Obrigações Garantidas EAS**” significa as obrigações assumidas pela Queiroz Galvão S.A. e Álya Construtora S.A., decorrentes do Crédito BNDES EAS, conforme listadas no **ANEXO II** deste Contrato.
- (li) “**Obrigações Garantidas QGDI**” tem o significado que lhe é atribuído no **ANEXO II** deste Contrato.
- (lii) “**Outras Entidades**” possui o significado atribuído na Cláusula 9.6 deste Contrato.
- (liii) “**Partes Indenizadas**” possui o significado atribuído na Cláusula 5.3 deste Contrato.
- (liv) “**Pavarini**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (lv) “**Pensilvania**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (lvi) “**Percentual de Garantia Atribuível ao BNDES**” significa o montante equivalente ao Percentual da Parcela Escrow BNDES – EAS Atualizada – Garantias, calculado na forma prevista pelo Acordo Global de Reestruturação, destinado para amortização da porção do Crédito BNDES EAS garantido por fianças outorgadas pela Queiroz Galvão S.A. e Álya Construtora S.A.
- (lvii) “**Pessoa**” significa qualquer pessoa física ou jurídica, sociedade em comandita por ações ou de responsabilidade limitada, associação, sociedade por ações, sociedades sem personalidade jurídica, órgão governamental ou regulador e suas subdivisões, fundos e clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros, condomínios, ou qualquer outra pessoa.
- (lviii) “**PMOEL**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (lix) “**QGDI**” possui o significado atribuído no Considerando A.
- (lx) “**QGDN**” possui o significado atribuído no Considerando A.

- (lxi) “**QGSA**” possui o significado atribuído no Considerando A.
- (lxii) “**Recebíveis Fazenda**” possui o significado atribuído no Considerando C.
- (lxiii) “**Reading**” possui o significado atribuído na qualificação das Partes deste Contrato.
- (lxiv) “**Reforço de Garantia**” possui o significado atribuído na Cláusula 2.5 deste Contrato.
- (lxv) “**Santander**” possui o significado atribuído no Considerando A.
- (lxvi) “**Termo de Dação**” possui o significado atribuído na Cláusula 3.1 deste Contrato.

## **2. GARANTIAS**

**2.1.** Na forma do disposto neste Contrato e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, e dos artigos 40, 100 e 113 da Lei nº 6.404/76 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil Brasileiro, em garantia do fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas, o Garantidor (i) aliena fiduciariamente em favor dos Credores, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a totalidade das Cotas, de modo que cada Credor terá garantia sobre uma quantidade específica de Cotas FIDC e de Cotas FII, conforme percentuais descritos no **ANEXO I** e (ii) cede fiduciariamente em favor de cada um dos Credores, de modo que cada Credor terá garantia sobre uma quantidade específica de Cotas FIDC e de Cotas FII, conforme percentuais descritos no **ANEXO I**, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, todos e quaisquer Direitos Econômicos das Cotas (a “Garantia”).

**2.2.** As Partes acordam que a Garantia estabelecida nos termos da Cláusula 2.1 acima incide sobre as Cotas e quaisquer cotas de emissão do FIDC e do FII, que, após a data de celebração do presente Contrato, sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pelo Garantidor, ou que venham a ser entregues a ele (“Cotas Adicionais”), de modo que a alienação fiduciária sempre incida sobre a totalidade das cotas de emissão do FIDC e do FII que venham a ser detidas pelo Garantidor, bem como a cessão fiduciária incide sobre a totalidade dos direitos econômicos das Cotas e das Cotas Adicionais, de acordo com a proporção de cada Credor, conforme prevista no **ANEXO I** (“Direitos Econômicos das Cotas Adicionais”). Fica estabelecido que (i) as Cotas Adicionais integrarão a definição de Cotas, e (ii) as Cotas Adicionais e tais Direitos Econômicos das Cotas Adicionais

integrarão automaticamente a definição de Bens Alienados Fiduciariamente. Sem prejuízo do quanto acima disposto, o Garantidor compromete-se a (a) celebrar aditamentos ao presente Contrato, substancialmente nos termos do modelo constante no **ANEXO V** ao presente Contrato, de forma a refletir a extensão da garantia ora constituída para quaisquer Cotas Adicionais, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de qualquer das hipóteses acima, sendo a celebração de tais aditamentos, para todos os fins e efeitos, meramente declaratória do ônus já constituído nos termos deste Contrato, e (b) cumprir o disposto na Cláusula 4 abaixo com relação a tais aditamentos e onerações adicionais.

**2.3.** Caso se verifique um desdobramento, bonificação ou grupamento de cotas ou eventos similares com relação às Cotas, o número de Cotas deverá ser reajustado de modo a abranger as respectivas cotas desdobradas, bonificadas ou alteradas por eventos similares, de forma a preservar a Garantia prevista neste Contrato (observando-se a intenção das Partes quando da sua celebração), de acordo com a proporção de cada Credor, conforme prevista no **ANEXO I**. Para esses fins, o Garantidor compromete-se a (i) celebrar aditamento ao presente Contrato substancialmente nos termos do modelo constante do **ANEXO V**, de forma a refletir a extensão da garantia ora constituída para quaisquer cotas adicionais nos termos desta Cláusula, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de qualquer das hipóteses acima, sendo a celebração de tal aditamento, para todos os fins e efeitos, meramente declaratória do ônus já constituído nos termos deste Contrato, e (ii) cumprir o disposto na Cláusula 4 abaixo com relação a tais aditamentos.

**2.4.** Para os fins legais, as Partes descrevem no **ANEXO II** as principais condições financeiras das Obrigações Garantidas.

**2.4.1.** O Garantidor expressamente reconhece, para todos os fins de direito, que as Obrigações Garantidas descritas no **ANEXO II** ao presente instrumento encontram-se, a partir da presente data e, sujeito aos termos e condições aqui previstos, devidamente garantidas pelos Bens Alienados Fiduciariamente sem a necessidade de qualquer notificação ou da celebração de qualquer aditamento ou documento adicional pelas Partes em qualquer dos instrumentos originadores das Obrigações Garantidas. Não obstante, o Garantidor se obriga a, mediante solicitação nesse sentido por qualquer Credor, celebrar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado a partir da respectiva solicitação, quaisquer documentos, aditamentos, termos, notificações e instrumentos correlatos a fim de contemplar, em qualquer documento relativo às Obrigações Garantidas, a existência, criação e validade da presente Garantia.

**2.4.2.** De todo modo, a Garantia será considerada extinta com o cumprimento, por parte das Devedoras e Garantidora, das obrigações previstas nas cláusulas 5.2 e 5.5

do Master Agreement CQGDNSA, conforme disposto nas cláusulas 5.3.1 e 5.7.1 do mesmo instrumento.

**2.5.** Nos termos dos artigos 1.425 e 1.427 do Código Civil Brasileiro, exclusivamente na hipótese de qualquer dos Bens Alienados Fiduciariamente vir a ser objeto de qualquer Gravame ou qualquer medida judicial com efeito similar, a qualquer tempo durante a vigência do presente Contrato, o Garantidor ficará obrigado a substituir ou reforçar a presente Garantia, por meio da alienação fiduciária, cessão fiduciária, penhor ou hipoteca de bens similares ou não aos Bens Alienados Fiduciariamente, em termos aceitos pelos Credores (observada a necessidade de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") convocada para esse específico fim, caso aplicável), de modo a recompor integralmente a garantia originalmente prestada ("Reforço de Garantia"), de acordo com a proporção de cada Credor, conforme prevista no **ANEXO I**. O Reforço de Garantia deverá ser implementado, nos termos de documento em forma e substância aceitáveis para os Credores, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer dos eventos acima, ou contados da data de recebimento, pelo Garantidor, de comunicação nesse sentido enviada por qualquer dos Credores, o que ocorrer primeiro. Não será exigida a obrigação de Reforço de Garantia se, até o prazo referido acima, for revertido ou suspenso o evento que originou a obrigação de Reforço de Garantia em causa.

**2.6.** Os Bens Alienados Fiduciariamente ficam gravados com cláusula de impenhorabilidade, sob qualquer forma ou condição.

**2.7.** Mediante a ocorrência de um Evento de Execução, os Credores poderão (mas não estarão obrigados a) exercer os direitos e prerrogativas previstos neste Contrato e na Lei Aplicável para executar a presente Garantia sobre os Bens Alienados Fiduciariamente, observado o disposto na Cláusula 9 abaixo.

**2.8.** Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor e eficácia até a liquidação integral, irrevogável e incontestável das Obrigações Garantidas.

### **3. DAÇÕES EM PAGAMENTO DAS COTAS**

**3.1.** A fim de viabilizar as Dações em Pagamento, de acordo com os termos e condições previstos no Master Agreement CQGDNSA, as Cotas serão transferidas a cada um dos Credores, observadas as proporções previstas no **ANEXO I** deste Contrato, mediante celebração de termo de dação conforme modelos previstos no **ANEXO III** e **ANEXO IV** deste Contrato ("Termo de Dação"), conforme aplicável.

**3.1.1.** Para fins de esclarecimento, (a) a Garantia sobre as Cotas que forem transferidas (e única e exclusivamente sobre as Cotas que forem efetivamente transferidas) por meio do Termo de Dação será liberada simultaneamente e condicionalmente à efetiva transferência de tais Cotas ao respectivo Credor beneficiário da Garantia sobre tais Cotas, (b) a liberação da Garantia sobre as Cotas que forem objeto de Dação em Pagamento a um determinado Credor afetará única e exclusivamente as Cotas que garantiam os Créditos do Credor em questão, não afetando a Garantia sobre as Cotas que garantem os Créditos dos demais Credores, (c) cada Credor terá o direito de receber Dações em Pagamento distintas em relação às Cotas FIDC e às Cotas FII, e tais Dações em Pagamento podem ocorrer em datas diferentes, sem que isso prejudique a Garantia sobre as demais Cotas outorgadas em garantia a tal Credor que ainda não tenham sido objeto de Dação em Pagamento.

#### **4. APERFEIÇOAMENTO DA GARANTIA; REGISTROS**

**4.1.** Fica desde já esclarecido que, para os efeitos da presente Garantia, o Garantidor deterá a posse direta dos respectivos Bens Alienados Fiduciariamente até a efetiva Dação em Pagamento das Cotas a cada um dos Credores, sendo certo que a propriedade fiduciária resolúvel e a posse indireta dos respectivos Bens Alienados Fiduciariamente serão detidas pelos Credores, de acordo com a proporção de cada Credor, conforme prevista no **ANEXO I**.

**4.2.** Este Contrato será protocolado para registro pelo Garantidor nos Cartórios Competentes, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura, devendo o Garantidor, dentro de tal prazo, entregar aos Credores e aos Agentes Fiduciários comprovante dos correspondentes protocolos. Em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data de sua assinatura, o presente Contrato deverá ser registrado nos Cartórios Competentes, devendo o Garantidor, dentro de tal prazo, entregar aos Credores e aos Agentes Fiduciários, como comprovante dos correspondentes registros, vias originais constando os correspondentes registros. Qualquer aditamento ao presente instrumento deverá ser protocolado para registro pelo Garantidor perante os Cartórios Competentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura do respectivo instrumento e registrado nos mesmos registros em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de assinatura, devendo o Garantidor, dentro de tais prazos, entregar aos Credores e aos Agentes Fiduciários comprovante dos correspondentes protocolos e registros, conforme aplicável. O registro deste Contrato e, conforme aplicável, dos respectivos aditamentos nos Cartórios Competentes deverá conferir aos Credores a propriedade fiduciária resolúvel dos Bens Alienados Fiduciariamente.

**4.3.** Em até 1 (um) Dia Útil da presente data ou de eventual aditamento, notificar o FIDC, o FII e os administradores do FIDC e do FII, acerca da celebração do presente Contrato e/ou aditamento, conforme o caso, na forma do **ANEXO VI**, e apresentar cópia do Contrato. No prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do presente Contrato, o Garantidor entregará aos Credores e aos Agentes Fiduciários documentos comprobatórios da averbação da Garantia constituída por este Contrato sobre os Bens Alienados Fiduciariamente na escrituração das Cotas. No caso de celebração de aditamento a este Contrato que formalize a extensão da garantia a eventuais Cotas Adicionais, conforme aplicável e de acordo com a proporção de cada Credor, conforme prevista no **ANEXO I**, o Garantidor compromete-se a, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva assinatura, tomar todas as medidas e cumprir todas as formalidades previstas acima na presente Cláusula 4.3 com relação a tal aditamento, *mutatis mutandis*. As averbações referidas acima na presente Cláusula 4.3 deverão ser mantidas até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, ficando o Garantidor autorizado a requerer e/ou providenciar a baixa em tais averbações após o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

**4.3.1.** Em até 5 (cinco) Dias Úteis da presente data, o Garantidor deverá apresentar comprovante da ciência dos administradores do FIDC e do FII à notificação na forma do **ANEXO VI**.

**4.4.** Para fins de aperfeiçoamento da Garantia sobre os Bens Alienados Fiduciariamente conforme previsto no presente Contrato, o Garantidor, neste ato, obriga-se a realizar todo e qualquer ato e procedimento previsto na Lei Aplicável, conforme venha a ser solicitado pelos Credores e pelos Agentes Fiduciários, de forma a proceder à oneração, total ou parcial, dos Bens Alienados Fiduciariamente.

**4.5.** O Garantidor será responsável por todos os custos e despesas incorridos com os registros e/ou averbações descritos nesta Cláusula 4, exceto custos e despesas relacionados ao registro de aditivos ao presente Contrato junto aos Cartórios Competentes exclusivamente em decorrência da cessão, por qualquer dos Credores, da posição contratual e/ou dos créditos decorrentes de quaisquer Documentos da Reestruturação a terceiros (caso em que os custos e despesas serão arcados pelos cessionários da respectiva posição contratual e/ou dos referidos créditos).

## **5. DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

**5.1.** Adicionalmente e sem prejuízo das demais declarações e garantias do Garantidor nos termos dos Documentos da Reestruturação e do Master Agreement CQGDNSA, o Garantidor declara às demais Partes que, nesta data:



- (i) É sociedade devida e validamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis dos países em que foi constituída, com plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios;
- (ii) Seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Garantidor, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iii) Realiza suas atividades de acordo com seu objeto social e está cumprindo, em seus aspectos materiais, com a Lei Aplicável relativa à condução de seus negócios e ao exercício de suas atividades;
- (iv) Possui todas as autorizações, aprovações, concessões, licenças, permissões, alvarás e suas renovações relevantes exigidas pelas Autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto por aquelas que estejam sendo renovadas ou obtidas, conforme aplicável;
- (v) Está devidamente autorizado e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, regulatórias e contratuais, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de suas obrigações previstas aqui, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (vi) Inexiste qualquer decisão ou condenação, judicial, administrativa ou arbitral, não passível de recurso com efeito suspensivo, relativos ao Garantidor, bem como às atividades e ativos de tal sociedade que torne o Garantidor incapaz de cumprir com as suas obrigações previstas neste Contrato;
- (vii) Este Contrato constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas ao Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (viii) A celebração do presente Contrato pelo Garantidor, bem como o cumprimento do disposto neste instrumento (i) não infringe ou está em conflito com (i.1) quaisquer Leis Aplicáveis, (i.2) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face do Garantidor, (i.3) os documentos constitutivos do Garantidor; (i.4) quaisquer deliberações aprovadas pelos órgãos societários do Garantidor; (i.5) quaisquer contratos ou instrumentos vinculando o

Garantidor e/ou qualquer de seus ativos, (ii) nem resultarão na constituição de qualquer Gravame sobre qualquer ativo ou bem do Garantidor, ou em qualquer obrigação de constituir tais Gravames, exceto pelos Gravames constituídos nos termos do presente Contrato, dos Documentos da Reestruturação e do Master Agreement CQGDNSA;

- (ix) Em relação ao Garantidor, a partir da presente data e no seu melhor conhecimento, (a) conhece e cumpre, e seus conselheiros, administradores, empregados e colaboradores conhecem e cumprem, bem como adota medidas para que seus prestadores de serviços, subcontratados e prepostos conheçam e cumpram suas políticas elaboradas conforme as Leis de Compliance e que busquem o cumprimento de tais Leis de Compliance, abstendo-se o Garantidor de praticar atos de corrupção, ato lesivo contra a administração pública nacional e estrangeira, pagamento de propina, abatimento ou remuneração ilícita, suborno e/ou tráfico de influência, e (b) possui, mantém e adota políticas e procedimentos internos que visam a assegurar o integral cumprimento de tais Leis de Compliance e coibir crimes e práticas de corrupção sendo cumpridos por seus conselheiros, administradores e empregados;
- (x) Não foi condenado por decisões não passíveis de recurso por violação a quaisquer Leis de Compliance;
- (xi) Não se utiliza de trabalho ilegal, não incentiva práticas de prostituição e não utiliza práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e de serviços, sempre observando as melhores práticas socioambientais;
- (xii) Não emprega menores de 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h;
- (xiii) Não utiliza práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
- (xiv) Toma medidas que visam proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que

tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais;

- (xv) Inexiste qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa impactar negativa e materialmente a capacidade do Garantidor de cumprir com suas obrigações previstas neste Contrato;
- (xvi) Inexiste decisão judicial, administrativa ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que afete a validade, eficácia ou exequibilidade deste Contrato;
- (xvii) Tão logo emitidas, o Garantidor possuirá as Cotas representativas do patrimônio líquido do FIDC e do FII nos montantes descritos no **ANEXO I** deste Contrato;
- (xviii) O Garantidor não é parte de qualquer instrumento que esteja em vigor na presente data ou que tenha sido celebrado até a presente data e que, de forma direta ou indireta, onerem, restrinjam e/ou impactem negativamente, os Bens Alienados Fiduciariamente;
- (xix) As Cotas descritas no **ANEXO I** deste Contrato serão devidamente registradas junto ao escriturador e/ou administrador do FIDC e do FII, conforme aplicável, em nome do Garantidor e, exceto pelos efeitos do presente Contrato, dos Documentos da Reestruturação e do Master Agreement CQGDNSA, o Garantidor é o único, legítimo e exclusivo titular e possuidor dos Bens Alienados Fiduciariamente;
- (xx) Os Bens Alienados Fiduciariamente estão livres e desembaraçados de qualquer Gravame, com exceção dos constituídos nos termos do presente Contrato;
- (xxi) Não existe qualquer acordo de cotistas relativo a qualquer das Cotas; e
- (xxii) Os Bens Alienados Fiduciariamente não constituem bens de capital essenciais à atividade empresarial do Garantidor (de forma que prevalecerão os direitos de propriedade e as condições pactuadas nos termos deste Contrato em qualquer hipótese, inclusive para fins do parágrafo 3º, do Artigo 49, da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005) e o Garantidor renuncia ao direito de discutir esse fato e alegar a essencialidade aqui referida.

**5.2.** As declarações e garantias prestadas nos termos da Cláusula 5.1 deverão manter-se integralmente verdadeiras e exatas até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da falsidade, inveracidade ou inexatidão dessas declarações.

**5.3.** O Garantidor indenizará e reembolsará, os Credores, bem como seus respectivos sucessores, representantes e cessionários das Obrigações Garantidas ("Partes Indenizadas"), e manterá as Partes Indenizadas isentas de qualquer responsabilidade, danos diretos, custos e despesas de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, as despesas com honorários sucumbenciais determinados judicialmente, que possam ser incorridos por referidas Partes Indenizadas em relação a qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer informação, declaração ou garantia prestada neste Contrato ou em razão da consolidação, titularidade e eventual venda em excussão da garantia aqui outorgada e consequente titularidade dos Bens Alienados Fiduciariamente. Tais indenizações e reembolsos serão devidos sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado dos Documentos da Reestruturação.

## **6. DIREITOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DAS COTAS**

**6.1.** Observado o disposto nas Cláusulas abaixo, o Garantidor obriga-se a não exercer os seus direitos de voto com relação às Cotas de sua titularidade, exceto com a anuência prévia por escrito dos Credores, instruindo o respectivo voto do Garantidor. Para garantir o cumprimento desta Cláusula, o Garantidor somente poderá manifestar-se às assembleias de cotistas do FIDC e do FII mediante comunicação expressa dos Credores, sendo certo que o Garantidor deverá exercer seu direito de voto plenamente de acordo com as instruções dos Credores.

**6.1.1.** O Garantidor obriga-se a comunicar, por escrito, os Credores acerca da realização de qualquer assembleia de cotistas com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data marcada para realização da referida assembleia, fornecendo, para tanto, a convocação, conforme aplicável, com descrição da ordem do dia e de todos os materiais, minutas e demais informações que forem disponibilizadas juntamente com as referidas convocações, se aplicável

**6.1.2.** Os Credores deverão instruir, por escrito, voto do Garantidor acerca das matérias mencionadas na ordem do dia encaminhando, para tanto, comunicação ao Garantidor, com cópia para o FIDC e o FII nos termos da Cláusula 6.3 abaixo, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis à realização da Assembleia Geral

**6.1.3.** O Garantidor deverá exercer seu direito de voto nas assembleias de cotistas conforme as instruções fornecidas pelos Credores e abster-se da referida

Assembleia nas hipóteses de (a) ausência de manifestação dos Credores nos prazos indicados nesta cláusula 6.1 ou (b) divergência entre os Credores quanto à orientação de voto.

**6.2.** As Partes reconhecem que, na hipótese de ser exercido qualquer direito de voto pelo Garantidor com relação às Cotas com infração ao disposto neste Contrato, o voto do Garantidor será nulo de pleno de direito e caso este seja determinante para a aprovação ou rejeição da matéria em questão na assembleia geral de cotistas, a respectiva deliberação também será nula. Os Credores têm o direito de tomar as medidas legais cabíveis para impedir que tal voto ou deliberação produza quaisquer efeitos, antes ou após, no caso do voto, o seu exercício e, no caso da deliberação, sua aprovação ou rejeição.

**6.3.** As Partes se comprometem, desde já, a copiar os administradores do FIDC e do FII em todas as comunicações relativas a esta Cláusula 6.

## **7. OBRIGAÇÕES DO GARANTIDOR**

**7.1.** Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, nos demais Documentos da Reestruturação e no Master Agreement CQGDNSA, o Garantidor obriga-se, durante a vigência do presente Contrato, a:

- (i) Cumprir, de forma pontual e integral, todas as suas obrigações e condições (pecuniárias e não pecuniárias) nos termos deste Contrato, observados eventuais prazos de cura aplicáveis;
- (ii) Não celebrar qualquer instrumento ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade dos Credores de vender ou de qualquer outra forma dispor dos Bens Alienados Fiduciariamente na forma deste Contrato;
- (iii) Manter a presente garantia fiduciária sempre existente, válida, eficaz, aperfeiçoada, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição (exceto por aquelas previstas neste Contrato), e os Bens Alienados Fiduciariamente livres e desembaraçados de todos e quaisquer Gravames, disputas, litígios ou outras pretensões de qualquer natureza, bem como dar cumprimento, e fazer com que seja cumprida, qualquer outra exigência de qualquer Lei Aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da Garantia aqui constituída, fornecendo a respectiva comprovação aos Credores e aos Agentes Fiduciários, praticando todos os atos e assinando todos os documentos para os fins acima;

- (iv) Manter todas as Autorizações necessárias à assinatura deste Contrato, dos demais Documentos da Reestruturação e do Master Agreement CQGDNSA, bem como ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- (v) Cumprir, mediante o recebimento de comunicação enviada por escrito pelos Credores e pelos Agentes Fiduciários na qual se declare que ocorreu um Evento de Execução, todas as instruções escritas emanadas dos Credores nos termos da Lei Aplicável e deste Contrato, para a excussão da garantia aqui constituída;
- (vi) Pagar ou reembolsar aos Credores e aos Agentes Fiduciários, conforme o caso, mediante solicitação, quaisquer tributos relacionados à presente garantia e sua excussão ou incorridos com relação a este Contrato, bem como indenizar e isentar os Credores e os Agentes Fiduciários, conforme aplicável, de quaisquer valores que estes sejam comprovadamente obrigados a pagar no tocante aos referidos tributos;
- (vii) Defender-se, de forma tempestiva, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa afetar, no todo ou em parte, os Bens Alienados Fiduciariamente e/ou a Garantia aqui constituída, mantendo os Credores e os Agentes Fiduciários informados, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pelo Garantidor;
- (viii) Não ceder, transferir, renunciar, gravar, arrendar, locar, dar em usufruto ou comodato, onerar ou de qualquer outra forma alienar ou constituir (ou permitir que seja constituído) qualquer Gravame sobre os Bens Alienados Fiduciariamente em favor de quaisquer terceiros, direta ou indiretamente, sem autorização prévia e expressa dos Credores;
- (ix) Informar os Credores e os Agentes Fiduciários, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sobre qualquer evento que, no seu conhecimento, afete negativamente os Bens Alienados Fiduciariamente, sobre quaisquer eventos ou situações que coloquem em risco o exercício pelos Credores de seus direitos, garantias e prerrogativas decorrentes deste Contrato, dos Documentos da Reestruturação e/ou do Master Agreement CQGDNSA, bem como qualquer descumprimento de qualquer de suas respectivas obrigações nos termos deste Contrato, tomando prontamente todas as medidas cabíveis para evitar ou sanar quaisquer eventos, situações ou descumprimentos acima referidos;

- (x) Proceder com os registros e averbações deste Contrato e de seus eventuais aditamentos conforme previsto na Cláusula 4 deste Contrato; e
- (xi) Manter alienadas fiduciariamente, até a integral quitação das Obrigações Garantidas ou até a efetiva Dação em Pagamento das Cotas, todas as cotas de emissão do FIDC e do FII que vierem a ser de sua titularidade.

**7.2.** O Garantidor deverá fazer com que as disposições do regulamento do FIDC e do FII não sejam alteradas sem a anuência prévia dos Credores.

## **8. EVENTO DE EXECUÇÃO**

**8.1.** Para fins do presente Contrato, considera-se um “Evento de Execução” (i) não cumprimento, pelo Garantidor, de qualquer obrigação no âmbito do presente Contrato ou do Master Agreement CQGDNSA, exceto se tal descumprimento for sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, nos termos do Master Agreement CQGDNSA, a não ser que outro prazo seja previsto neste Contrato, (ii) qualquer ato, fato ou circunstância cuja ocorrência ou verificação permita ao Credor declarar vencidas antecipadamente as obrigações pecuniárias de qualquer um dos Documentos da Reestruturação ou do Master Agreement CQGDNSA, respeitados os prazos de cura previstos nos respectivos Documentos da Reestruturação ou no Master Agreement CQGDNSA; e/ou (iii) a falta de pagamento tempestivo de obrigação pecuniária de qualquer Documento da Reestruturação e/ou do Master Agreement CQGDNSA na data devida, exceto se sua exigibilidade estiver suspensa por meio de contrato celebrado entre os Credores e as Devedoras (conforme definido no Acordo Global de Reestruturação).

## **9. EXCUSSÃO DA GARANTIA**

**9.1.** Mediante a verificação de um Evento de Execução e tão logo seja enviada a notificação mencionada na Cláusula 9.2 abaixo, os Credores poderão consolidar a propriedade plena dos Bens Alienados Fiduciariamente em seu favor, podendo os Credores, a seus exclusivos critérios, proceder à execução judicial da presente Garantia, bem como, nos termos da Lei Aplicável (incluindo o previsto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65) e do presente Contrato independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, observados os procedimentos previstos nesta Cláusula 9, sem prejuízo dos demais direitos previstos em Lei Aplicável, executar os Bens Alienados Fiduciariamente em seu favor, podendo, para tanto, cobrar, receber, transferir, conferir opções, dispor, pública ou privadamente, ou de outra forma executar os Bens Alienados Fiduciariamente, de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial. A partir

da verificação de um Evento de Execução, cessarão todos os direitos do Garantidor ao recebimento de rendimentos, juros, frutos ou outras distribuições em razão dos Bens Alienados Fiduciariamente, sendo que todos esses direitos serão então devidos aos Credores, atuando em nome e benefício dos Credores, que terão o direito único e exclusivo para receber e reter tais distribuições, bem como aplicá-las no pagamento das Obrigações Garantidas.

**9.2.** A consolidação da propriedade dos Bens Alienados Fiduciariamente será realizada nos termos da Lei Aplicável e formalizada pelos Credores por meio de simples notificação ao Garantidor, devendo os Credores informar ao FIDC e ao FII, por meio de seus administradores, sobre a consolidação, em favor dos Credores, da propriedade plena dos Bens Alienados Fiduciariamente em seu favor e sobre o início da excussão extrajudicial ou judicial, conforme o caso, dos Bens Alienados Fiduciariamente.

**9.2.1.** Mediante a notificação informando a consolidação da propriedade plena das Cotas pelos Credores nos termos da Cláusula 9.2 acima, o Garantidor, o FIDC e o FII deverão cumprir todas as instruções dos Credores, a fim de viabilizar a excussão da garantia nos termos deste Contrato.

**9.3.** Quaisquer recursos apurados em razão da excussão das garantias previstas neste Contrato, na medida em que forem recebidos pelos Credores e/ou pelos Agentes Fiduciários, deverão ser aplicados pelos respectivos Credores e/ou pelos Agentes Fiduciários para (i) pagamento de todas as despesas despendidas para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Credores e/ou aos Agentes Fiduciários, conforme o caso, e (ii) amortizar ou liquidar integralmente as Obrigações Garantidas, sem qualquer prioridade entre si.

**9.4.** As Partes desde já concordam que, em relação a cada um dos Credores, caso o valor total resultante da excussão dos Bens Alienados Fiduciariamente, (i) não seja suficiente para quitar a totalidade das Obrigações Garantidas, referidos recursos serão aplicados no pagamento de tais Obrigações Garantidas, e não implicarão a quitação integral das Obrigações Garantidas, ou (ii) seja superior ao valor devido nas Obrigações Garantidas, o valor excedente será devolvido ao Garantidor.

**9.5.** Fica claro e acordado que os procedimentos de excussão aqui previstos poderão ser utilizados pelos Credores uma ou mais vezes.

**9.6.** Na hipótese de excussão de qualquer das garantias previstas no presente Contrato, o Garantidor não terá qualquer direito de reaver, de qualquer outra entidade do Grupo Queiroz Galvão, do FIDC, do FII, dos Credores e/ou de qualquer adquirente



dos bens executados (“Outras Entidades”) qualquer valor decorrente da referida excussão, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas. O Garantidor reconhece, portanto: (a) que não terá qualquer pretensão ou ação contra qualquer das Outras Entidades a esse título; e (b) que a ausência de sub-rogação não implica enriquecimento sem causa de qualquer das Outras Entidades, haja vista que (i) em caso de excussão da presente garantia, a não sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor dos bens objeto da garantia; e (ii) o valor residual de venda dos bens objeto da presente garantia será restituído ao Garantidor após a liquidação integral das Obrigações Garantidas.

## **10. PROCURAÇÃO**

**10.1.** Para os fins do presente Contrato, o Garantidor nomeia cada um dos Credores e dos Agentes Fiduciários, de forma irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684, 685 e parágrafo único do artigo 686 do Código Civil Brasileiro, como seu procurador, com poderes para assinar quaisquer instrumentos e realizar quaisquer ações que o Garantidor seja ou possa ser obrigado a realizar nos termos deste Contrato, incluindo, sem limitação: (a) praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes para a efetivação dos registros e/ou averbações mencionados ou contemplados no presente Contrato, bem como para o aperfeiçoamento e constituição das garantias previstas no Contrato, incluindo sem limitação quaisquer pedidos de registro a serem efetuados junto a quaisquer cartórios de registro de títulos e documentos e quaisquer pedidos de averbações nas escriturações das Cotas, conforme disposto no Contrato; (b) exclusivamente para fins de constituição, formalização e aperfeiçoamento da Garantia prevista no presente Contrato, inclusive sobre Cotas Adicionais, bem como na hipótese de um Evento de Execução, representar o Garantidor perante o FIDC e o FII, incluindo seus administradores e gestores, quaisquer cotistas do FIDC e/ou do FII, cartórios de registro de pessoas jurídicas e quaisquer outros cartórios, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, e perante quaisquer terceiros, assim como representar o Garantidor junto a instituições financeiras em geral, custodiantes e/ou escrituradores, bolsas de valores, mercados de balcão, câmaras ou sistemas de liquidação e custódia, incluindo, mas sem limitações, na prática de quaisquer atos e/ou na assinatura de quaisquer documentos previstos ou contemplados no presente Contrato; (c) na hipótese de ocorrência de um Evento de Execução da garantia aqui prevista, assinar, em nome do Garantidor, respeitando o disposto neste Contrato, os documentos necessários para a realização de venda ou transmissão dos bens aqui dados em garantia, celebrar quaisquer instrumentos e adotar todas as providências necessárias perante qualquer entidade ou autoridade governamental para fins da referida execução, requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a acima mencionada execução e para a transferência dos bens aqui dados em garantia,

realizar, a seu exclusivo critério, leilão público ou venda particular extrajudicial de uma parcela ou da totalidade dos bens aqui dados em garantia, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações; (d) na hipótese de excussão da Garantia aqui prevista, receber o produto financeiro do leilão ou venda dos bens aqui dados em garantia e alocar tal produto financeiro para pagamento das Obrigações Garantidas; (e) na hipótese de ocorrência de um Evento de Execução da garantia aqui prevista, para cumprimento integral das Obrigações Garantidas, requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a execução, excussão ou transferência de Bens Alienados Fiduciariamente a terceiros, bem como representar a Outorgante, para tais fins, na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros, incluindo o FIDC, o FII, quaisquer cotistas do FIDC e/ou do FII e terceiros interessados em adquirir as Cotas, os administradores do FIDC e do FII, quaisquer prestadores de serviço do FIDC ou do FII, entidades registradoras e depositários centrais, e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, os cartórios de títulos e documentos, cartórios de protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e de quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou ainda quaisquer outros terceiros; (f) na hipótese de ocorrência de um Evento de Execução da garantia aqui prevista, para cumprimento integral das Obrigações Garantidas, renovar, prorrogar ou de outra forma reiterar os termos e condições deste Contrato no intuito de manter constituída a garantia ora outorgada, conforme disposto na Cláusula 2.1 acima, de modo a que as Obrigações Garantidas permaneçam garantidas nos termos deste Contrato por todo o seu prazo de vigência; (g) em geral, exercer por e em nome do Garantidor e praticar todos os demais atos que os Credores possam considerar necessários relativos às alíneas (a) a (f) acima; e (h) substabelecer os poderes ora conferidos, com ou sem reserva de iguais poderes, no âmbito de procedimentos judiciais e/ou procedimentos arbitrais para execução e/ou excussão dos Bens Alienados Fiduciariamente.

**10.2.** Neste ato, o Garantidor entrega aos Credores e aos Agentes Fiduciários instrumento autônomo de procuração outorgado nos termos do **ANEXO VII** a este Contrato, a qual permanecerá válida durante a vigência deste Contrato ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas, nos termos do seu Contrato Social.

**10.3.** As procurações irrevogáveis estabelecidas nos termos da presente Cláusula deverão ser renunciadas e devolvidas pelos Credores e pelos Agentes Fiduciários após cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

## **11. LIBERAÇÃO DA GARANTIA**

**11.1.** Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 3.1 e 3.1.1 acima e nos termos do Master Agreement CQGDNSA, mediante a verificação do cumprimento integral das Obrigações Garantidas pelos respectivos Credores e pelos Agentes Fiduciários, a presente Garantia será automaticamente liberada. Não obstante, após a data da comprovada liquidação integral das Obrigações Garantidas frente a cada Credor, nos termos do **ANEXO II**, o respectivo Credor se obriga a emitir termo de quitação, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação feita pelo Garantidor, em termos aceitáveis aos órgãos de registro competentes, de forma que o Garantidor, em conjunto ou isoladamente, promovam o imediato cancelamento do registro da garantia nos Cartórios Competentes, na escrituração das Cotas e junto aos demais órgão e registros competentes.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Serão da responsabilidade do Garantidor todas as despesas e custos que venham a ser direta e comprovadamente incorridos, inclusive custos, tributos, encargos, taxas, comissões, honorários advocatícios, custas ou despesas judiciais, (a) para fins de todos os registros, averbações e aperfeiçoamentos relativos ao presente Contrato e às garantias aqui previstas, (b) para fins da excussão das mesmas garantias e/ou (c) para exercício ou renúncia de qualquer direito ou prerrogativa dos Credores, conforme estabelecido neste Contrato, ou para resguardar qualquer de tais direitos e prerrogativas, bem como todos os tributos e contribuições incidentes sobre as garantias ora prestadas. Ainda, serão da responsabilidade do Garantidor todos os tributos e contribuições incidentes sobre as garantias ora prestadas. Os Credores e os Agentes Fiduciários deverão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da solicitação e envio dos respectivos comprovantes, ser integralmente ressarcidos, pelo Garantidor, solidariamente e sem benefício de ordem, de quaisquer despesas, custos tributos e/ou contribuições referidos nesta Cláusula, caso por qualquer motivo procedam aos respectivos pagamentos em substituição ou por conta do Garantidor, integrando esta obrigação do Garantidor a definição de Obrigações Garantidas.

**12.2.** Adicionalmente, o Garantidor deverá indenizar e manter indenidos os Credores e/ou os Agentes Fiduciários de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando a, honorários e despesas advocatícias razoáveis e devidamente comprovadas), em que os Credores e/ou os Agentes Fiduciários comprovadamente venham a incorrer ou que contra eles venha a ser comprovadamente cobrado no âmbito do disposto neste Contrato (excepcionados os atos causados por dolo ou culpa grave dos Credores e/ou dos Agentes Fiduciários), exclusivamente nos seguintes casos: (a) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento, pelo Garantidor, de tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente aos bens

aqui dados em garantia; e/ou (b) referentes à criação e à formalização do gravame aqui previsto.

**12.3.** Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) Se para o **Bradesco**:

Banco Bradesco S.A.

A/C: Patricia Piovesan

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.950 – 9º Andar

Itaim Bibi - São Paulo / SP

Tel: 55 (11) 3847-9120

E-mails:

- patricia.piovesan@bradesco.com.br;
- rodrigios.mattos@bradesco.com.br;
- marceloa.lima@bradesco.com.br;
- marcio.bonilha@bradesco.com.br.

(ii) Se para o **Reading**:

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A/C: Gustavo Biava

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek - nº 1.7260 - 19º andar - conjunto 194 - Vila Nova Conceição - São Paulo, SP

Tel: 55 (11) 5468 0700

E-mails: supervisao@idgr.com.br

(iii) Se para a **PMOEL**:

PMOEL Recebíveis Ltda.

A/C: Marcos Barbieux Lopes

Endereço: Av. Almirante Barroso, 63 – Sala 806

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-003

Tel: 55 (11) 3231-3700

E-mail: mblopes@uol.com.br

Com cópia para:

JOÃO ERSE & ADVOGADOS

A/C: João Erse

E-mail: joaoerse@ealaw.com.br e isabelleestefan@ealaw.adv.br

(iv) Se para o **Pensilvania:**

ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A/C: Rodrigo Balassiano

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, São Paulo/SP

Tel.: 11 4637 6633

E-mail: [beto@idsf.com.br](mailto:beto@idsf.com.br); [supervisao@idsf.com.br](mailto:supervisao@idsf.com.br)

(v) Se para o **BNDES:**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

A/C: Chefe do Departamento de Reestruturação de Empresas – AMC/DEREM; Luiz Henrique Rosario Lafourcade; e Marcelo Bertoche Guimarães

Endereço: Av. República do Chile, nº 100 -Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-917

Tel: 55 (021) 3747-6675/-6549

E-mail:

- luiz.lafourcade@bndes.gov.br;
- bertoche@bndes.gov.br;
- danielle.torres@bndes.gov.br;
- Guilherme.gomes@bndes.gov.br;
- Luciana.paranhos@bndes.gov.br;
- kalin@bndes.gov.br.

(vi) Se para o **Bojnice:**

Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A/C: Departamento Jurídico

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1.702

Tel: (11) 3504-6800

E-mail: ramon.dantas@reag.com.br e juridico@reag.com.br

(vii) Se para os **Agentes Fiduciários:**

(i) Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar, Centro

Rio de Janeiro/RJ, CEP 20050-005

At.: Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira

Tel.: (21) 2507-1949

E-mail: [fiduciario@simplificpavarini.com.br](mailto:fiduciario@simplificpavarini.com.br)

(ii) GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A/C: Juarez Dias Costa

Endereço: Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, Parte 3, Bloco Itanhangá, Sala 3105, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

Tel: 55 (21) 2490-4305

Fax: 55 (21) 3269-2077

E-mail: [gdc@gdcctvm.com.br](mailto:gdc@gdcctvm.com.br)

(viii) Se para o **Garantidor:**

Agropecuária Rio Arataú Ltda.

A/C: André Galvão

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, 11º Andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04530-001

Tel: 55 (21) 2131-7109

E-mail: [agalvao@qgsa.com.br](mailto:agalvao@qgsa.com.br)

Com cópia para Queiroz Galvão S.A.

A/C: Amílcar Bastos Falcão; Andre de Oliveira Cândia; Leandro Luiz Gaudio Comazzetto; Marcelo Rossini de Oliveira; Marcelo Fogaça Cristante; Maria Pia Charnaux Lonzetti; Cristiano Borges Castilhos; Gabriel Moussatche.

Endereço: Rua Santa Luzia, 651 – 20º andar, Parte, Rio de Janeiro - RJ

E-mails:

- [amilcarfalcao@qgsa.com.br](mailto:amilcarfalcao@qgsa.com.br);
- [andrecancio@qggn.com.br](mailto:andrecancio@qggn.com.br);

- leandro.comazzetto@qgsa.com.br;
- marcelo.fcristante@qgsa.com.br;
- maria.lonzetti@qgsa.com.br;
- cristiano.castilhos@queirozgalvao.com;
- gabriel.moussatche@qgsa.com.br;
- finanzas.juridico@qgsa.com.br.

**12.4.** Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão consideradas devidamente transmitidas: (i) quando recebidas, se entregues em mãos; (ii) quando enviadas por e-mail (desde que o envio seja confirmado por aviso de recebimento do destinatário de pelo menos um dos destinatários indicados na Cláusula 12.3 acima em relação a cada Parte); e (iii) quando enviadas por serviço de courier ou correio com aviso de recebimento pago ou comprovante de entrega, a pelo menos um dos destinatários acima indicados na Cláusula 12.13 (ou outro endereço/destinatário que vier a ser especificado por meio de notificação semelhante).

**12.5.** O Garantidor não poderá ceder, transferir ou onerar, total ou parcialmente, os bens e direitos objeto deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização dos Credores. Os Credores poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos objeto deste Contrato a qualquer momento, sem anuência prévia por parte do Garantidor ou de qualquer terceiro, observado que o cessionário de tais direitos e obrigações deverá aderir, integralmente, aos termos e condições previstos neste Contrato para que tal cessão tenha validade, sem qualquer necessidade de concordância ou aprovação do Garantidor. Os Credores e o cessionário deverão comunicar às demais Partes a cessão, como condição de eficácia da referida cessão. Todas as Partes concordam em tomar todas as medidas razoáveis necessárias para fins de operacionalização de referida cessão, incluindo, sem limitação, celebração de aditamentos ao presente Contrato.

**12.6.** A abstenção de exercício ou faculdade assegurada às Partes por lei ou neste Contrato, bem como tolerância com eventual atraso no cumprimento das obrigações de qualquer das Partes não implicarão novação de qualquer dispositivo deste Contrato, nem impedirão que a respectiva Parte venha exercer seus direitos a qualquer momento.

**12.7.** Caso uma ou mais disposições deste Contrato ou parte de quaisquer disposições seja, por qualquer motivo, considerada inválida, ilegal ou ineficaz sob qualquer aspecto, em qualquer jurisdição, tal invalidade, ilegalidade ou ineficácia não afetará total ou parcialmente qualquer outra disposição deste Contrato.

**12.8.** Todas as obrigações assumidas neste Contrato são irretratáveis e irrevogáveis e se sujeitam a execução específica, sendo facultado à Parte prejudicada utilizar-se de qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial para ver respeitado este Contrato e cumpridas todas as obrigações aqui assumidas. Qualquer das Partes poderá demandar a Parte inadimplente para obter (i) execução específica das obrigações; e/ou (ii) indenização por perdas e danos, nos termos das Leis Aplicáveis.

**12.9.** Este Contrato não poderá ser modificado ou alterado, sem o consentimento expresso, dado por escrito, por todas as Partes, ou por seus respectivos sucessores. O fato de qualquer das Partes deixar de exercer qualquer direito ou poder ou deixar de utilizar qualquer recurso previsto neste instrumento ou deixar de insistir no cumprimento das obrigações assumidas por qualquer outra Parte no presente, ou ainda qualquer costume ou prática das Partes que se desvie dos termos deste Contrato, não constituirá renúncia por tal Parte ao seu direito de exercer tal direito ou poder, ou de utilizar tal recurso, ou de exigir o cumprimento das obrigações. Os direitos e recursos das Partes do presente são cumulativos e não excludentes dos demais direitos e recursos que possam também vir a ter, agora ou no futuro, seja por lei, equidade ou por outro modo. Qualquer ato contrário a este Contrato que seja praticado por qualquer das Partes será nulo, ineficaz e sem efeito jurídico.

**12.10.** Caso não haja prazo específico para o cumprimento de qualquer obrigação aqui estabelecida, será considerado o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis.

**12.11.** O presente Contrato constitui-se em título executivo extrajudicial, para o efeito do disposto no artigo 784, itens III e V, do Código de Processo Civil Brasileiro.

**12.12.** Para os fins legais, a Arataú apresenta na presente data Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no dia 30.07.2023, com código de controle A3AB.4052.613F.404C, válida até 26.01.2024, e a QGSA apresenta na presente data Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no dia 22.08.2023, com código de controle B02B.DE5B.1E8C.093B, válida até 18.02.2024, as quais constituem o **ANEXO VIII**.

**12.13.** Este instrumento é regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.



**12.14.** Será competente o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a resolução de qualquer disputa relativa a este Contrato.

**12.15.** As Partes assinam o presente Contrato por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. Este Contrato produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das Partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em formato eletrônico, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 01 de setembro de 2023.

*[AS ASSINATURAS SEGUEM NAS PÁGINAS SEGUINTEs]*

*[REstante desta página intencionalmente deixado em branco]*

*(Página de assinaturas 1/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**

---

Nome: Leandro Comazzetto  
CPF: 278.042.388-94

---

Nome: Márcio José Pacheco de Mesquita  
CPF: 002.284.664-66

*(Página de assinaturas 2/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**QUEIROZ GALVÃO S.A.**

---

Nome: Leandro Comazzetto  
CPF: 278.042.388-94

---

Nome: Márcio José Pacheco de Mesquita  
CPF: 002.284.664-66

*(Página de assinaturas 3/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**BANCO BRADESCO S.A.**

---

Nome: Gustavo Momesso Calogeras  
CPF: 330.390.648-35

---

Nome: Patricia Ramos Piovesan  
CPF: 246.986.248-51

*(Página de assinaturas 4/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**READING FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO  
PADRONIZADOS**

---

Nome: Antonella Amaral Giancoli  
CPF: 177.319.578-61

*(Página de assinaturas 5/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.**

---

Nome: Marcos Barbieux Lopes  
CPF: 549.916.687-00

*(Página de assinaturas 6/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**PENSILVANIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO  
PADRONIZADOS**

---

Nome: Jonatas Cardoso Benigno de Oliveira  
CPF: 468.376.868-28

*(Página de assinaturas 7/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

---

Nome: Luiz Henrique Rosario Lafourcade  
CPF: 108.516.887-56

---

Nome: Luciana Lages Tito  
CPF: 045.452.517-65



*(Página de assinaturas 8/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**BOJNICE 421 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO  
PADRONIZADOS**

---

Nome: Ramon Pessoa Dantas  
CPF: 309.012.758-08

*(Página de assinaturas 9/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

---

Nome: Marcio Lopes dos Santos Teixeira  
CPF: 369.268.408-81

---

Nome: Bruna Vasconcelos Monteiro  
CPF: 356.140.478-24

*(Página de assinaturas 10/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

---

Nome: Juarez Dias Costa

CPF: 006.078.117-30

*(Página de assinaturas 11/11 do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em 01 de setembro de 2023)*

### **TESTEMUNHAS**

---

Nome: Ubiratan Piragibe Peixoto de Lira  
Filho  
CPF: 041.948.234-27

---

Nome: Pedro Ventura de Farias Junior  
CPF: 685.437.607-63

## ANEXO I - COTAS ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE

### A) Cotas detidas pelo Garantidor

O Garantidor ainda não possui nenhuma Cota, nem no FIDC, nem no FII.

Titular	Classe de Cotas	Número de Cotas FIDC/FII	Percentual das Cotas detidas pelo Garantidor em relação ao total das cotas emitidas pelo FIDC/FII	Valor da cota do FIDC/FII	Valor do total das Cotas FIDC/FII alienadas fiduciariamente
QGSA	Sênior	FIDC: zero (a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC)	FIDC: a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC	FIDC: a definir.	FIDC: a definir.
Arataú	Subordinada	FIDC: zero (a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC)	FIDC: a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC	FIDC: a definir.	FIDC: a definir.
QGSA	Não aplicável.	FII: zero (a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII)	FII: a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII	FII: a definir.	FII: a definir.
Arataú	Não aplicável.	FII: zero (a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII)	FII: a ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII	FII: a definir.	FII: a definir.

### B) Proporções de Cotas dadas em garantia em benefício de cada Credor

Credor	Proporção de Cotas FIDC	Número equivalente de Cotas FIDC
<b>Bradesco</b>	39,9650%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Reading</b>	9,3760%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>PMOEL</b>	4,2169%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Pensilvania</b>	27,0847%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>BNDES</b>	11,4127%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Bojnice</b>	0,8739%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Participação Escrow QGDI - Bradesco</b>	2,5480%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Pensilvânia (resultante de acordo com Jive e SPS)</b>	3,0616%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Liberado para Garantidor (em decorrência do disposto no considerando (xii) do Master Agreement CQGDNSA)</b>	1,4613%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC
<b>Total</b>	<b>100%</b>	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FIDC

<b>Credor</b>	<b>Proporção de Cotas FII</b>	<b>Número equivalente de Cotas FII</b>
<b>Bradesco</b>	39,9650%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Reading</b>	9,3760%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>PMOEL</b>	4,2169%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Pensilvania</b>	27,0847%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>BNDES</b>	11,4127%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Bojnice</b>	0,8739%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Participação Escrow QGDI - Bradesco</b>	2,5480%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Pensilvânia (resultante de acordo com Jive e SPS)</b>	3,0616%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Liberado para Garantidor (em decorrência do disposto no considerando (xii) do Master Agreement CQGDNSA)</b>	1,4613%	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII
<b>Total</b>	<b>100%</b>	A ser atualizado após emissão de Cotas pelo FII

## ANEXO II - OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

### **1) Obrigações Garantidas CQGDNSA**

Para fins deste Anexo, "Taxa DI" significa as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>).

Nº	Instrumento	Credor(es) e Agente(s)	Devedor	Data de celebração	Valor de Principal na Data de Assinatura	Vencimento Final	Remuneração
1	Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças	Banco Bradesco S.A., Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, Bojnice 421 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (na qualidade de cessionário do Credit Suisse Próprio Fundo de	QGSA, Pindaré, CQG, CQG - Angola, CQG - Chile, CQG Oil&Gas, COSIMA, QGDN (também na qualidade de sucessora da QG Infra, QGLOG e QG Saneamento), QG International, QG Mineração e QG Alimentos.	26/08/2019	Pagamentos ou reembolsos de quaisquer valores, custos, despesas e tributos que sejam devidos nos termos do Acordo.	04/07/2027	Não Aplicável

		Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Reading Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (na qualidade de cessionário do Banco Santander (Brasil) S.A.), PMOEL Recebíveis Ltda., Banco do Brasil S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
2	Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a ser convolada em Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em 3 (três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de	VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Queiroz Galvão S.A.	03/07/2019	BRL 2.100.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027



	Distribuição, da Queiroz Galvão S.A.						
<b>3</b>	Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Álya Construtora S.A.	GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Álya Construtora S.A.	31/10/2014	BRL 200.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>4</b>	CCB nº 10011908001700	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Álya Construtora S.A.	26/08/2019	Até R\$300.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>5</b>	CCB nº 101115080005300	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão S.A.	26/08/2015	BRL 50.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>6</b>	CCB nº 10112010002600	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	5/01/2012	BRL 50.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027

<b>7</b>	CCB nº 101115060002300	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão S.A.	9/06/2015	BRL 37.750.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>8</b>	CCB nº 101116110007600	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	1/12/2016	BRL 40.800.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>9</b>	CCB nº 101116120003700	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	12/12/2016	BRL 40.800.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>10</b>	CCB nº 101116120003800	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	12/12/2016	BRL 7.650.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>11</b>	CCB nº 101116120005800	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	15/12/2016	BRL 78.778.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>12</b>	CCB nº 101116120007300	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	22/12/2016	BRL 72.200.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027

<b>13</b>	CCB nº 101116120008400	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	26/12/2016	BRL 21.250.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>14</b>	Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Constituição de Obrigação de Pagamento	Pensilvania Fundo Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.	26/08/2019	BRL 521.277.976,88	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>15</b>	Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Álya Construtora S.A.	PMOEL Recebíveis Ltda.	Álya Construtora S.A.	6/12/2013	BRL 200.000.000,00	04/07/2027	130% da Taxa DI até 03/07/2021 110% da Taxa DI até 04/07/2027
<b>16</b>	Contratos de Garantia	Credores	Não Aplicável	26/08/2019	Pagamentos ou reembolsos de quaisquer valores, custos, despesas e tributos que sejam devidos nos termos dos Contratos de Garantia	Conforme detalhado, em cada caso, nos Contratos de Garantia	Não Aplicável

\* Nota: A Taxa de Juros poderá se manter a 130% após 03/07/2021, caso as Devedoras deixem de cumprir determinadas condições.

## **2) Obrigações Garantidas EAS**

As Obrigações Garantidas EAS são as obrigações assumidas pela Queiroz Galvão S.A., pela Álya Construtora S.A. e pela Queiroz Galvão Naval S.A., na qualidade de fiadoras, na forma do Acordo BNDES-EAS, e por Queiroz Galvão S.A.; Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré; Álya Construtora S.A.; Álya Construtora S.A. – Sucursal Angola; Álya Construtora S.A. – Sucursal Chile; CQG Oil & Gas Contractors Inc.; COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda.; Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.; Queiroz Galvão Logística S.A.; Queiroz Galvão Saneamento S.A.; Queiroz Galvão International Ltd.; Queiroz Galvão Mineração S.A.; Queiroz Galvão Infraestrutura S.A.; Timbaúba S.A., CQG, na forma do Acordo Global de Reestruturação.

De acordo com os termos do Acordo BNDES-EAS e do Acordo Global de Reestruturação, os valores garantidos por meio deste Contrato são aqueles referentes à porção de 50% (porção essa garantida pelas fianças outorgadas pela Queiroz Galvão S.A. e pela Álya Construtora S.A.) dos endividamentos relativos a contratos de financiamento celebrados entre o BNDES e o Estaleiro Atlântico Sul S.A. listados na planilha abaixo (bem como instrumentos a eles relacionados ou acessórios) para fins de esclarecimento:

<b>N o</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Credor(es) e Agente(s)</b>	<b>Devedor</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Valor de Principal na Data de Assinatura</b>	<b>Vencimento Final</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Cláusula Penal</b>
<b>1</b>	Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	QGSA, CQG e Queiroz Galvão Naval S.A.	26/08/2019	Valor agregado de Principal dos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito	Enquanto vigerem os Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito	Não Aplicável	Não Aplicável

					nº 07.2.0255.1, nº 09.2.0271.1, nº 10.2.1322.1 e nº 12.2.0515.1, observada a porção garantida por QGSA, CQG e Queiroz Galvão Naval S.A.	nº 07.2.0255.1, nº 09.2.0271.1, nº 10.2.1322.1 e nº 12.2.0515.1		
<b>2</b>	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0255.1	Banco Nacional de Desenvolviment o Econômico e Social - BNDES	EAS	09/07/200 7	R\$513.400.000,0 0	10/12/2027, conforme previsto no Contrato nº 07.2.0255.1.  Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiançada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.	4,1% ao ano, acima da TJLP, até 10/07/2012;  5,0% ao ano, acima da TJLP, a partir de 11/07/2012.  Caso a Devedora mantenha o ICSD maior ou igual a 1,2, os juros serão reduzidos para 4,1% ao ano, acima da TJLP.	Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação

3	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0271.1 ("Contrato nº 09.2.0271.1")	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	EAS	28/05/2009	R\$542.144.000,00 sendo: Subcrédito A: R\$188.293.000,00 Subcrédito B: R\$353.851.000,00	10/12/2027, conforme previsto no Contrato nº 09.2.0271.1. Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiançada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.	3,84% ao ano, acima da TJLP, até 10/07/2012; 4,34% ao ano, acima da TJLP, a partir de 11/07/2012.  Caso a Devedora mantenha o ICSD maior ou igual a 1,2, os juros serão reduzidos para 3,84% ao ano, acima da TJLP.	Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação.
---	---	--	-----	------------	---	---	---	--

4	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.1322.1 ("Contrato nº 10.2.1322.1")	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	EAS	30/09/2010	<p>R\$280.360.000,00 sendo:</p> <p>Subcrédito A: R\$13.043.400,00</p> <p>Subcrédito A1: R\$2.608.600,00</p> <p>Subcrédito B: R\$264.708.000,00.</p>	<p>10/04/2028, conforme previsto no Contrato nº 10.2.1322.1.</p> <p>Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiançada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.</p>	<p>Subcrédito A e A1: 4,64% ao ano, acima da TJLP, a contar de 11/04/2015.</p> <p>Subcrédito B: 2,87% ao ano, acima da TJLP, a contar de 11/04/2015.</p>	<p>Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação.</p>
---	---	--	-----	------------	---	---	--	---



5	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0515.1 ("Contrato nº 12.2.0515.1")	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	EAS	12/06/2012	R\$ 458.000.000,00 sendo: Subcrédito A1: R\$24.000.000,00; Subcrédito A2: R\$6.000.000,00; Subcrédito B: R\$423.000.000,00; Subcrédito C: R\$5.000.000,00.	10/12/2034, conforme previsto no Contrato nº 12.2.0515.1. Todavia, caso haja repactuação da forma de pagamento da parcela afiançada por QGSA/CQG na dívida dos Contratos EAS, o prazo final para o pagamento pelas mesmas será em 03/07/2037.	Subcrédito A1 e A2: 4,44% ao ano, acima da TJLP; Subcrédito B: 2,39% ao ano, acima da TJLP; Subcrédito C: 2,05% ao ano acima da TJLP.	Pena convencional de até 10% e juros moratórios de 1% ao ano, nos termos dos artigos 42 e 44 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigentes à época da contratação.
---	---	--	-----	------------	--	--	---	--

Segundo o Acordo BNDES-EAS e o Acordo Global de Reestruturação, caso haja o vencimento de qualquer valor oriundo dos instrumentos listados na planilha acima, 50% de tal montante vencido será pago pelas fiadoras de acordo com o cronograma previsto no Acordo Global de Reestruturação, com vencimento final em 04/07/2027, e juros remuneratórios de (i) 130% da Taxa DI até 03/07/2021, e 110% da Taxa DI até 04/07/2027, sendo certo que a Taxa de Juros poderá se manter a 130% após 03/07/2021, caso as Devedoras deixem de cumprir determinadas condições.

### 3) Obrigações Garantidas QGDI

Os Valores de Principal não foram atualizados após a Data de Celebração dos Instrumentos de Dívida. Os créditos concursais relativos a cada Instrumento de Dívida foram novados e sofreram os efeitos aplicáveis na RJ QGDI.

Nº	Instrumento	Credor(es) e Agente(s)	Devedor	Data de Celebração	Valor de Principal na data de assinatura do instrumento	Vencimento Final	Remuneração
1	Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças.	Banco Bradesco S.A., Fundo de Gestão e Recuperação – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados (como cessionário do Itaú Unibanco S.A.), Banco do Brasil S.A. e Banco BTG Pactual S.A. (como sucessor da Novaportfolio Participações S.A.) <sup>1</sup>	Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A.	26/08/2019	Pagamentos ou reembolsos de quaisquer valores, custos, despesas e tributos que sejam devidos nos termos do Acordo.	03/07/2023, com prorrogação automática para 03/07/2027	Não Aplicável
2	Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não	GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda.	Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A.	13/06/2012	BRL 170.000.000,00	03/07/2023, com prorrogação automática para 03/07/2027	110% (cento e dez por cento) da Taxa DI (a) até a data de 3 de julho de 2023, ou (b) até 3 de julho de 2024, inclusive, desde que tenha ocorrido a Primeira Prorrogação,

<sup>1</sup> Em 17 de março de 2023, o FGR FIDC, o Ativo Especiais II e o Ativos Especiais III notificaram as Partes sobre a Cessão Parcial FGR FIDC.

Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A.							passando a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, a partir de 3 de Julho de 2024, exclusive
--	--	--	--	--	--	--	---

De todo modo, a Garantia será considerada extinta com o cumprimento, por parte das Devedoras e Garantidora, das obrigações previstas nas cláusulas 5.2 e 5.5 do Master Agreement CQGDNSA, conforme disposto nas cláusulas 5.3.1 e 5.7.1 do mesmo instrumento.

**ANEXO III – MODELO TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FIDC**  
**TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FIDC**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado,

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 9º andar, cj. 94, parte R, Itaim Bibi, CEP 05430-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representado nos termos do seu Contrato Social ("Arataú")<sup>2</sup>;

e, do outro lado,

**[CREDOR]**, [denominação], com sede [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada, na forma de seu [•], por seus representantes legais abaixo assinados (doravante apenas "Credor");

Arataú e o Credor doravante denominadas em conjunto como "Partes" e, individualmente, como "Parte".

**CONSIDERANDO QUE:**

(i) A Arataú e o Credor, dentre outras partes, celebraram em [•], o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças "Master Agreement CQGDNSA" ("Master Agreement CQGDNSA");

(ii) No âmbito do Master Agreement CQGDNSA, a Arataú alienou fiduciariamente, em garantia à[s] Dívida[s] descritas no Anexo A ("Créditos"), [•] ([•]) de cotas emitidas pelo **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RECUPERADOS QUESTÕES GLOBAIS NÃO PADRONIZADO**, fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.041.351/0001-19 ("FIDC"), nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária");

(iii) No âmbito do Master Agreement CQGDNSA, a Arataú propôs e comprometeu-se a realizar dação em pagamento, nos termos do artigo 1.365, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, por meio do qual o Credor receberá cotas do FIDC que atualmente encontram-se alienadas fiduciariamente por meio do Contrato de Alienação Fiduciária; e

(iv) Por meio deste Termo, o Credor receberá a quantidade de cotas indicadas no Anexo B e passará a ser titular de tais cotas ("Cotas FIDC").

---

<sup>2</sup> Este termo de dação deverá ser celebrado pela QGSA para dação das cotas de sua titularidade aos Credores.

**RESOLVEM**, de mútuo e comum acordo celebrar o presente Termo de Dação em Pagamento ("Termo"), o qual será regido pelos termos e condições que se seguem:

## **CLÁUSULA 1 – DA DAÇÃO EM PAGAMENTO DAS COTAS FIDC**

**1.1** Por meio deste Termo, com base nos artigos 1.365 e seguintes do Código Civil, a Arataú, de forma irrevogável e irretratável, oferece em pagamento ao Credor [•] ([•]) Cotas FIDC, para o pagamento parcial dos respectivos Créditos. Por sua vez, também com base nos artigos 1.365 e seguintes do Código Civil Brasileiro, o Credor concorda, de forma irretratável e irrevogável, em receber, para o pagamento parcial do Crédito, a dação em pagamento das [•] ([•]) Cotas FIDC ("Dação em Pagamento Cotas FIDC").

**1.2** Em razão do disposto na Cláusula 1.1 acima, a Arataú transfere ao Credor e o Credor concorda em receber da Arataú, [•] ([•]) Cotas FIDC, de modo que a Arataú deverá realizar todos os procedimentos previstos no regulamento do FIDC e nas Leis Aplicáveis para a efetiva transferência de tais Cotas FIDC e enviar ao agente escriturador das Cotas FIDC e ao administrador do FIDC, conforme aplicável, quaisquer documentos que venham a ser por ele solicitados. Adicionalmente, as Partes se comprometem a realizar quaisquer outras ações, providências, obter Autorizações (societárias ou de terceiros, incluindo Autoridades, tal como definido no Contrato de Alienação Fiduciária) e/ou medidas necessárias à implementação da Dação em Pagamento Cotas FIDC ao Credor.

**1.3** Mediante a implementação da respectiva Dação em Pagamento Cotas FIDC, conforme previsto na Cláusula 1.1 acima, a garantia de alienação fiduciária sobre as Cotas FIDC atualmente existentes sobre as Cotas FIDC que beneficiam o Credor será automaticamente extinta desde que o Credor verifique que as Cotas FIDC foram efetivamente transferidas por meio do extrato emitido pelo agente escriturador das Cotas FIDC. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 1.3, o Credor se compromete a firmar termos de liberação da respectiva alienação fiduciária sobre as Cotas FIDC que beneficiam o Credor, em termos similares ao [Anexo 6.2.2(a)] do Master Agreement CQGDNSA.

**1.4** As Cotas FIDC objeto da Dação em Pagamento Cotas FIDC deverão estar livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições, inclusive pela garantia prevista no Contrato de Alienação Fiduciária, que será liberada, nos termos da Cláusula 1.3 acima.

**1.5** A presente Dação em Pagamento Cotas FIDC e a transferência das Cotas FIDC são feitas em cumprimento ao Master Agreement CQGDNSA, para o pagamento parcial do Crédito do Credor.

## **CLÁUSULA 2 – DA QUITAÇÃO**

**2.1** A conclusão da Dação em Pagamento Cotas FIDC e com a transferência das [•] ([•]) Cotas FIDC da Arataú para o Credor, mediante a comprovação do efetivo registro junto ao agente escriturador das Cotas FIDC, nos termos do Master Agreement CQGDNSA, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições, e da não ocorrência de um Evento Material Adverso (conforme definido na Cláusula [9.1] do Master Agreement CQGDNSA), representará o pagamento dos respectivos Créditos no valor correspondente ao montante de Cotas FIDC efetivamente transferidas ao Credor, considerando-se, para tanto, o valor das Cotas FIDC, conforme Anexo B ("Valor das Cotas FIDC").

**2.2.** Mediante a verificação, por qualquer das Partes, do cumprimento (ou da dispensa, sendo a dispensa realizada a exclusivo critério do Credor, em relação unicamente a seus respectivos Créditos e às Cotas FIDC que lhe sejam atribuíveis em decorrência da Dação em Pagamento Cotas FIDC) da última das condições previstas na Cláusula 2.1 acima, o Credor outorgará a mais ampla, geral e irrestrita quitação de parte do Crédito, equivalente ao Valor das Cotas FIDC, conforme previsto no Anexo B deste Termo, de forma imediata e automática, final e definitiva, independentemente de qualquer formalidade adicional.

**2.3.** A Dação em Pagamento Cotas FIDC e a liberação da garantia prevista na Cláusula 1.3 acima, assim como todos os demais atos correlatos, serão considerados, para todos os efeitos, como realizados e assinados simultaneamente, sendo certo que a não realização de um dos atos torna todos os demais atos praticados ineficazes, nulos e sem efeito, sem prejuízo do direito da Parte inocente de buscar a execução específica das obrigações da Parte inadimplente.

### **CLÁUSULA 3 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

**3.1.** Declarações e Garantias das Partes. As Partes declaram e garantem umas às outras que as declarações e garantias contidas nesta Cláusula 3.1 são verdadeiras, válidas, completas e corretas na data de assinatura, conforme previsto neste Termo (inclusive):

- (i) Capacidade; Legitimidade e Autorização. Cada uma das Partes foi devidamente constituída nos termos das Leis da República Federativa do Brasil e detém o poder e a autoridade necessários para celebrar este Termo e todos os documentos a ele relacionados, assumir as obrigações que lhe caiba por força do presente Termo e cumprir e observar as disposições aqui contidas. Nenhuma autorização de terceiros, além daquelas que sejam de conhecimento das Partes, se faz necessária para a celebração deste Termo por cada uma das Partes e para o cumprimento de todas e quaisquer obrigações assumidas neste Termo.

- (ii) Válido; Exequível e Negociado de Boa-Fé. Este Termo foi celebrado por cada uma das Partes e constitui uma obrigação válida, vinculante e exequível. Ademais, o presente Termo foi livremente negociado entre as Partes de boa-fé, tendo sido mantidas tratativas e negociações em igualdade de condições, estando cada uma das Partes devidamente assessorada por seus respectivos assessores legais e/ou financeiros.
- (iii) Ausência de Conflitos; Consentimentos. A execução deste Termo por cada uma das Partes, bem como o cumprimento de suas obrigações e a consumação das operações descritas neste Termo:
- a. não violam ou contradizem qualquer contrato, compromisso, obrigação, entendimento, acordo ou restrição de qualquer natureza a que as Partes estejam sujeitas, ou pela qual seus respectivos ativos ou bens estejam vinculados;
  - b. não violam ou contradizem qualquer Lei, regulamento, ordem, decisão ou julgado emitido por qualquer autoridade governamental, seja federal, estadual ou municipal, aplicável às Partes ou aos seus respectivos ativos ou bens; e
  - c. não violam, contradizem ou implicam na violação, descumprimento, inobservância ou rescisão de qualquer instrumento, compromisso, testamento, inventário, escritura, acordo ou contrato celebrado pelas Partes.

**3.2. Declarações e Garantias da Arataú**. A Arataú declara e garante ao Credor que:

- a. É legítima proprietária, na forma da legislação vigente, das Cotas FIDC e de todos os direitos, vantagens ou prerrogativas decorrentes de referidas Cotas FIDC; e
- b. As Cotas FIDC objeto da Dação em Pagamento Cotas FIDC encontram-se inteiramente livres e desembaraçados de hipotecas, ônus, dívidas, penhores, penhoras, direitos de retenção, usufruto, desapropriações, desmembramentos, alienações fiduciárias e/ou quaisquer outros gravames ou ônus, exceto pela garantia prevista no Contrato de Alienação Fiduciária que será liberada na forma deste Termo.

**CLÁUSULA 4 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**4.1.** O presente Termo começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações pelas Partes.

**CLÁUSULA 5 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**5.1** Definições. Os termos iniciados em letras maiúsculas empregados neste Termo, salvo se de outra forma definidos neste Termo, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Master Agreement CQGDNSA.

**5.2** Obrigações. O presente Termo obriga as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

**5.3** Execução Específica. As obrigações resultantes deste Termo são passíveis de execução específica, nos termos do Código de Processo Civil Brasileiro.

**5.4** Inteiro Teor. Este Termo constitui o acordo integral das Partes relativamente ao seu objeto e substitui todos os acordos, entendimentos, declarações ou garantias, negociações e discussões anteriores, verbais ou por escrito, entre as Partes com relação às matérias aqui contidas.

**5.5** Alterações. O presente Termo é celebrado pelas Partes em caráter irrevogável e irretratável. Toda e qualquer alteração deste instrumento somente será válida se por escrito e assinada por todas as Partes.

**5.6** Renúncia. Nenhuma renúncia por qualquer das Partes a qualquer termo ou disposição deste Termo ou a qualquer descumprimento deste instrumento deverá afetar o direito de tal Parte de posteriormente exigir o cumprimento de tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou recurso na hipótese de qualquer outro descumprimento, seja ou não semelhante.

**5.7** Ratificação. Ficam expressamente ratificadas e confirmadas, permanecendo em vigor e plenamente aplicáveis todas as demais cláusulas e condições do Master Agreement CQGDNSA.

**5.8** Invalidez Parcial. Qualquer termo ou disposição deste Termo que seja declarado nulo, anulável, inválido ou inexecutível em qualquer jurisdição deverá, em relação a tal jurisdição, ser ineficaz somente na medida de tal nulidade, anulabilidade, invalidez ou inexecutibilidade, sem tornar nulo, anulável, inválido ou inexecutível os termos e disposições remanescentes deste instrumento.

**5.9** Foro. O presente Termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**5.10** Resolução de Conflitos. As Partes, irrevogável e incondicionalmente, elegem a jurisdição exclusiva da Comarca de São Paulo/SP, para dirimir quaisquer disputas ou controvérsias relacionadas a este Termo, inclusive quanto à sua validade, interpretação ou execução, renunciando a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

**5.11** Confidencialidade. As Partes deverão manter sigilo sobre o conteúdo deste Termo, nos exatos termos e extensão da Cláusula 14 do Master Agreement CQGDNSA, aqui incorporados por referência.



**5.12** As Partes assinam o presente Termo por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. Este Termo produz efeitos para as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma das Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das Partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Termo em formato eletrônico, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de 2023.

(Página de assinatura do Termo de Dação em Pagamento)

---

**[CREDOR]**

---

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**

Testemunhas:

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF:

## **ANEXO A AO TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FIDC**

### **Créditos**

[inserir a lista dos Créditos do Credor]

**ANEXO B AO TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FIDC**

<b>Número de Cotas FIDC transferidas ao Credor</b>	<b>Percentual das Cotas em relação ao total das cotas emitidas pelo FIDC</b>	<b>Valor da Cota do FIDC</b>	<b>Valor total das Cotas FIDC transferidas ao Credor</b>	<b>Valor dos Créditos amortizados</b>
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

## **ANEXO IV - MODELO TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FII**

### **TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FII**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado,

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 9º andar, cj. 94, parte R, Itaim Bibi, CEP 05430-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representado nos termos do seu Contrato Social ("Arataú")<sup>3</sup>;

e, do outro lado,

**[CREDOR]**, [denominação], com sede [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada, na forma de seu [•], por seus representantes legais abaixo assinados (doravante apenas "Credor");

Arataú e o Credor doravante denominadas em conjunto como "Partes" e, individualmente, como "Parte".

#### **CONSIDERANDO QUE:**

A Arataú e o Credor, dentre outras partes, celebraram em [•], o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças "Master Agreement CQGDNSA" ("Master Agreement CQGDNSA");

(i) No âmbito do Master Agreement CQGDNSA, a Arataú alienou fiduciariamente, em garantia à[s] Dívida[s] descritas no Anexo A ("Créditos"), [•] ([•]) de cotas emitidas pelo FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO TERRENO QUINTAS GLOBAIS, fundo de investimento imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.041.467/0001-58 ("FII"), nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária");

(ii) No âmbito do Master Agreement CQGDNSA, a Arataú propôs e comprometeu-se a realizar dação em pagamento, nos termos do artigo 1.365, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, por meio do qual o Credor receberá cotas do FII que atualmente encontram-se alienadas fiduciariamente por meio do Contrato de Alienação Fiduciária; e

(iii) Por meio deste Termo, o Credor receberá a quantidade de cotas indicadas no Anexo B e passará a ser titular de tais cotas ("Cotas FII").

---

<sup>3</sup> Este termo de dação deverá ser celebrado pela QGSA para dação das cotas de sua titularidade aos Credores.

**RESOLVEM**, de mútuo e comum acordo celebrar o presente Termo de Dação em Pagamento ("Termo"), o qual será regido pelos termos e condições que se seguem:

## **CLÁUSULA 1 – DA DAÇÃO EM PAGAMENTO DAS COTAS FII**

**1.1** Por meio deste Termo, com base nos artigos 1.365 e seguintes do Código Civil Brasileiro, a Arataú, de forma irrevogável e irretratável, oferece em pagamento ao Credor [•] ([•]) Cotas FII, para o pagamento parcial dos respectivos Créditos. Por sua vez, também com base nos artigos 1.365 e seguintes do Código Civil Brasileiro, o Credor concorda, de forma irretratável e irrevogável, em receber, para o pagamento parcial do Crédito, a dação em pagamento das [•] ([•]) Cotas FII ("Dação em Pagamento Cotas FII").

**1.2** Em razão do disposto na Cláusula 1.1 acima, a Arataú transfere ao Credor e o Credor concorda em receber da Arataú, [•] ([•]) Cotas FII, de modo que a Arataú deverá realizar todos os procedimentos previstos no regulamento do FIDC e nas Leis Aplicáveis para a efetiva transferência de tais Cotas FII e enviar ao escriturador e o administrador do FII, conforme aplicável, quaisquer documentos que venham a ser por ele solicitados. Adicionalmente, as Partes se comprometem a realizar quaisquer outras ações, providências, obter Autorizações (societárias ou de terceiros, incluindo Autoridades, tal como definido no Contrato de Alienação Fiduciária) e/ou medidas necessárias à implementação da Dação em Pagamento Cotas FII ao Credor.

**1.3** Mediante a implementação da respectiva Dação em Pagamento Cotas FII, conforme previsto na Cláusula 1.1 acima, a garantia de alienação fiduciária sobre as Cotas FII atualmente existentes sobre as Cotas FII que beneficiam o Credor será automaticamente extinta desde que o Credor verifique que as Cotas FII foram efetivamente transferidas por meio do extrato emitido pelo escriturador das Cotas FII. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 1.3, o Credor se compromete a firmar termos de liberação da respectiva alienação fiduciária sobre as Cotas FII que beneficiam o Credor, em termos similares ao [Anexo 6.2.2(a)] do Master Agreement CQGDNSA.

**1.4** As Cotas FII objeto da Dação em Pagamento Cotas FII deverão estar livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições, inclusive pela garantia prevista no Contrato de Alienação Fiduciária, que será liberada, nos termos da Cláusula 1.3 acima.

**1.5** A presente Dação em Pagamento Cotas FII e a transferência das Cotas FII são feitas em cumprimento ao Master Agreement CQGDNSA, para o pagamento parcial dos Créditos do Credor.

## **CLÁUSULA 2 – DA QUITAÇÃO**

**2.1.** A conclusão da Dação em Pagamento Cotas FII e com a transferência das [•] ([•]) Cotas FII da Arataú para o Credor, mediante a comprovação do efetivo registro junto ao escriturador das Cotas FII, nos termos do Master Agreement CQGDNSA, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições, e da não ocorrência de um Evento Material Adverso (conforme definido na Cláusula [9] do Master Agreement CQGDNSA), representará o pagamento dos respectivos Créditos no valor correspondente ao montante de Cotas FII efetivamente transferidas ao Credor, considerando-se, para tanto, o valor das Cotas FII, conforme Anexo B (“Valor das Cotas FII”).

**2.1.1** Mediante a verificação, por qualquer das Partes, do cumprimento (ou da dispensa, sendo a dispensa realizada a exclusivo critério do Credor, em relação unicamente a seus respectivos Créditos e às Cotas FII que lhe sejam atribuíveis em decorrência da Dação em Pagamento Cotas FII) da última das condições previstas na Cláusula 2.1 acima, o Credor outorgará a mais ampla, geral e irrestrita quitação de parte do Crédito, equivalente ao Valor das Cotas FII, conforme previsto no Anexo B deste Termo, de forma imediata e automática, final e definitiva, independentemente de qualquer formalidade adicional.

**2.2** A Dação em Pagamento Cotas FII e a liberação da garantia prevista na Cláusula 1.3 acima, assim como todos os demais atos correlatos, serão considerados, para todos os efeitos, como realizados e assinados simultaneamente, sendo certo que a não realização de um dos atos torna todos os demais atos praticados ineficazes, nulos e sem efeito, sem prejuízo do direito da Parte inocente de buscar a execução específica das obrigações da Parte inadimplente.

### **CLÁUSULA 3 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

**3.1.** Declarações e Garantias das Partes. As Partes declaram e garantem umas às outras que as declarações e garantias contidas nesta Cláusula 3.1 são verdadeiras, válidas, completas e corretas na data de assinatura, conforme previsto neste Termo (inclusive):

- (i) Capacidade; Legitimidade e Autorização. Cada uma das Partes foi devidamente constituída nos termos das Leis da República Federativa do Brasil e detém o poder e a autoridade necessários para celebrar este Termo e todos os documentos a ele relacionados, assumir as obrigações que lhe caiba por força do presente Termo e cumprir e observar as disposições aqui contidas. Nenhuma autorização de terceiros, além daquelas que sejam de conhecimento das Partes, se faz necessária para a celebração deste Termo por cada uma das Partes e para o cumprimento de todas e quaisquer obrigações assumidas neste Termo.
- (ii) Válido; Exequível e Negociado de Boa-Fé. Este Termo foi celebrado por cada uma das Partes e constitui uma obrigação válida, vinculante e exequível.

Ademais, o presente Termo foi livremente negociado entre as Partes de boa-fé, tendo sido mantidas tratativas e negociações em igualdade de condições, estando cada uma das Partes devidamente assessorada por seus respectivos assessores legais e/ou financeiros.

(iii) Ausência de Conflitos; Consentimentos. A execução deste Termo por cada uma das Partes, bem como o cumprimento de suas obrigações e a consumação das operações descritas neste Termo:

- d. não violam ou contradizem qualquer contrato, compromisso, obrigação, entendimento, acordo ou restrição de qualquer natureza a que as Partes estejam sujeitas, ou pela qual seus respectivos ativos ou bens estejam vinculados;
- e. não violam ou contradizem qualquer Lei, regulamento, ordem, decisão ou julgado emitido por qualquer autoridade governamental, seja federal, estadual ou municipal, aplicável às Partes ou aos seus respectivos ativos ou bens; e
- f. não violam, contradizem ou implicam na violação, descumprimento, inobservância ou rescisão de qualquer instrumento, compromisso, testamento, inventário, escritura, acordo ou contrato celebrado pelas Partes.

**3.1** Declarações e Garantias da Arataú. A Arataú declara e garante ao Credor que:

- a. É legítima proprietária, na forma da legislação vigente, das Cotas FII e de todos os direitos, vantagens ou prerrogativas decorrentes de referidas Cotas FII; e
- b. As Cotas FII objeto da Dação em Pagamento Cotas FII encontram-se inteiramente livres e desembaraçados de hipotecas, ônus, dívidas, penhores, penhoras, direitos de retenção, usufruto, desapropriações, desmembramentos, alienações fiduciárias e/ou quaisquer outros gravames ou ônus, exceto pela garantia prevista no Contrato de Alienação Fiduciária que será liberada na forma deste Termo.

#### **CLÁUSULA 4 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**4.1** O presente Termo começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações pelas Partes.

#### **CLÁUSULA 5 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**5.1** Definições. Os termos iniciados em letras maiúsculas empregados neste Termo, salvo se de outra forma definidos neste Termo, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Master Agreement CQGDNSA.

**5.2** Obrigações. O presente Termo obriga as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

**5.3** Execução Específica. As obrigações resultantes deste Termo são passíveis de execução específica, nos termos do Código de Processo Civil Brasileiro.

**5.4** Inteiro Teor. Este Termo constitui o acordo integral das Partes relativamente ao seu objeto e substitui todos os acordos, entendimentos, declarações ou garantias, negociações e discussões anteriores, verbais ou por escrito, entre as Partes com relação às matérias aqui contidas.

**5.5** Alterações. O presente Termo é celebrado pelas Partes em caráter irrevogável e irretratável. Toda e qualquer alteração deste instrumento somente será válida se por escrito e assinada por todas as Partes.

**5.6** Renúncia. Nenhuma renúncia por qualquer das Partes a qualquer termo ou disposição deste Termo ou a qualquer descumprimento deste instrumento deverá afetar o direito de tal Parte de posteriormente exigir o cumprimento de tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou recurso na hipótese de qualquer outro descumprimento, seja ou não semelhante.

**5.7** Ratificação. Ficam expressamente ratificadas e confirmadas, permanecendo em vigor e plenamente aplicáveis todas as demais cláusulas e condições do Master Agreement CQGDNSA.

**5.8** Invalidade Parcial. Qualquer termo ou disposição deste Termo que seja declarado nulo, anulável, inválido ou inexecutível em qualquer jurisdição deverá, em relação a tal jurisdição, ser ineficaz somente na medida de tal nulidade, anulabilidade, invalidade ou inexecutibilidade, sem tornar nulo, anulável, inválido ou inexecutível os termos e disposições remanescentes deste instrumento.

**5.9** Foro. O presente Termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**5.10** Resolução de Conflitos. As Partes, irrevogável e incondicionalmente, elegem a jurisdição exclusiva da Comarca de São Paulo/SP, para dirimir quaisquer disputas ou controvérsias relacionadas a este Termo, inclusive quanto à sua validade, interpretação ou execução, renunciando a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

**5.11** Confidencialidade. As Partes deverão manter sigilo sobre o conteúdo deste Termo, nos exatos termos e extensão da Cláusula 14 do Master Agreement CQGDNSA, aqui incorporados por referência.

**5.12** As Partes assinam o presente Termo por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos



da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. Este Termo produz efeitos para as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma das Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das Partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Termo em formato eletrônico, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de 2023.

(Página de assinatura do Termo de Dação em Pagamento)

---

**[CREDOR]**

---

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**

Testemunhas:

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF:

## **ANEXO A AO TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FII**

### **Créditos**

[inserir a lista dos Créditos do Credor]

**ANEXO B AO TERMO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE COTAS FII**

<b>Número de Cotas FII transferidas ao Credor</b>	<b>Percentual das Cotas em relação ao total das cotas emitidas pelo FII</b>	<b>Valor da Cota do FII</b>	<b>Valor total das Cotas FII transferidas ao Credor</b>	<b>Valor dos Créditos amortizados</b>
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

## ANEXO V – MODELO DE ADITAMENTO

### [•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as “Partes”:

- 1) **AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 9º andar, cj. 94, parte R, Itaim Bibi, CEP 05430-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representado nos termos do seu Contrato Social (“Arataú” ou “Garantidor”);
- 2) **QUEIROZ GALVÃO S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, Parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.798/0001-55, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social (“QGSA” ou “Garantidor”);
- 3) **BANCO BRADESCO S.A.** e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato por si e por sua agência em Grand Cayman representadas por sua Agência 7072-6, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/9064-99, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 228 – subsolo, Botafogo, CEP 22.250-040, na forma do seu Estatuto Social (“Bradesco”);
- 4) **READING FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimento em direito creditório não padronizado, inscrito no CNPJ sob o nº 50.818.107/0001-10, neste ato devidamente representado por sua administradora, **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.695.922/0001-09, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 18.897, de 7 de julho de 2021 (“Reading”);
- 5) **PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Av. Almirante Barroso, nº 63, sala 806, Centro, CEP 20031-003, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.268.321/0001-05, neste ato representada nos termos de seu contrato social (“PMOEL”);

- 6) **PENSILVANIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimentos inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.462.226/0001-82, neste ato representado por sua administradora **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.695.922/0001-09, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 18.897, de 7 de julho de 2021 ("Pensilvania");
- 7) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89 ("BNDES");
- 8) **Bojnice 421 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimentos inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.879.122/0001-09, por sua administradora **REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.829.992/0001-86, por seus representantes legais ("Bojnice" e, em conjunto com Bradesco, o Reading, a PMOEL, o Pensilvania e o BNDES, os "Credores");
- 9) **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** (atual razão social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar, Centro, CEP 20.050-005, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, atuando como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Debenturistas QGSA") ("Pavarini");
- 10) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna,

3.000, parte 3, Bloco Itanhangá, sala 3105, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, atuando como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Álya Construtora S.A. ("Debenturistas CQG") e da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. – Em Recuperação Judicial ("GDC" e, quando em conjunto com a Pavarini, os "Agentes Fiduciários").

#### **CONSIDERANDO QUE:**

- (A) Por meio do Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em [=] de [=] de 2023 entre as Partes (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato"), o Garantidor alienou fiduciariamente as [=] cotas de emissão do FIDC (conforme definido no Contrato) e [=] cotas de emissão do FII (conforme definido no Contrato), de titularidade do Garantidor, representativas de [100% (cem por cento)] do patrimônio líquido do FIDC e do FII, bem como novas cotas que venham a ser emitidas e que sejam de sua propriedade;

*[Descrição sumária do evento que originou a obrigação de alienar fiduciariamente as Cotas Adicionais e os Direitos Econômicos das Cotas Adicionais ou evento de desdobramento, bonificação de cotas ou eventos similares com relação às Cotas];*

- (B) Atendendo ao referido nos Considerandos acima e nos termos do disposto na Cláusula [2.2/2.3] do Contrato, as Partes pretendem aditar o Contrato para fins de refletir, de forma declaratória, a alienação fiduciária, pelo Garantidor, em favor dos Credores e para garantia das Obrigações Garantidas, sobre [●] cotas de emissão do [FIDC/FII] ("Cotas Adicionais") de forma que seja refletida a alienação fiduciária, já constituída nos termos do Contrato, conforme estabelecido na referida Cláusula [2.2/2.3] do Contrato,

resolvem, as Partes celebrar este [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças ("Aditamento"), o qual se regerá pelos seguintes termos e condições:

1. Os termos empregados neste Aditamento, iniciados em letras maiúsculas, salvo se de outra forma definidos, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato.

2. Na forma do disposto neste Aditamento e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, dos artigos 40, 100 e 113 da Lei nº 6.404/76 e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil Brasileiro, em garantia do fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas, o Garantidor (i) ratifica a alienação fiduciária em favor dos Credores, em caráter irrevogável e irretratável, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, das respectivas Cotas Adicionais de sua titularidade, e (ii) ratifica a cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, frutos, rendimentos e vantagens de titularidade do Garantidor que, a qualquer título, decorram das respectivas Cotas Adicionais, no presente e/ou no futuro, ou forem atribuídos a estas, inclusive direitos a lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, bonificações, haveres e/ou quaisquer outras formas de proventos, remunerações ou pagamentos (os "Direitos Econômicos das Cotas Adicionais" e, em conjunto com as Cotas Adicionais, os "Bens Adicionais Alienados Fiduciariamente").
3. Em consequência do disposto na Cláusula 2 acima, as Partes acordam que, a partir da presente data e para todos os efeitos deste Aditamento e do Contrato, o **ANEXO I** do Contrato passa a vigor com a redação do Anexo A ao presente Aditamento, de forma que o número de cotas de emissão do [FIDC/FII] indicado no referido **ANEXO I** passa a refletir o número de cotas alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato até a presente data, incluindo as Cotas Adicionais.
4. É aplicável a este Aditamento, *mutatis mutandis*, o disposto nas Cláusulas [*disposições gerais – Cláusula 12*] do Contrato.
5. O disposto na Cláusula 4.3 do Contrato, relativa às averbações nas escriturações das cotas do [FIDC/FII], é aplicável a este Aditamento.
6. O disposto na Cláusula [4.2] do Contrato, relativa ao registro em Cartórios Competentes, é aplicável ao presente Aditamento.
7. Para os fins legais, o Garantidor apresenta, na presente data, [descrever CNDs aplicáveis] no dia [*indicar data*], válida até [*indicar data*], com código de controle [*indicar*].
8. Este Aditamento não implica novação, tampouco renúncia pelas Partes de qualquer de seus direitos e obrigações previstos nos contratos de que cada uma é parte, que ficam expressamente ratificados e confirmados, permanecendo em vigor e plenamente aplicáveis todas as demais cláusulas e condições não expressamente alteradas pelo presente Aditamento. Todas as disposições do Contrato que não foram expressamente aditadas ou modificadas por meio do presente Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos do Contrato.
9. Este Aditamento é regido pela legislação brasileira.

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Aditamento, as Partes elegem o Foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

As Partes assinam o presente Aditamento por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. Este Aditamento produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das Partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em formato eletrônico, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [DATA]

*[AS ASSINATURAS SEGUEM NAS PÁGINAS SEGUINTEs]*

*[REstante desta página intencionalmente deixado em branco]*



**ANEXO A DO [•] ADITAMENTO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO  
DE GARANTIA – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COTAS DE FUNDOS DE  
INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS**

## ANEXO VI - MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO ADMINISTRADOR

### NOTIFICAÇÃO AO ADMINISTRADOR

[data]

À

**[Administradora do FIDC/FII]**

A/C: [•]

em [---], na Cidade de [---], Estado de [---]

CEP [---]

Tel.: [•]

E-mail: [•]

A/C: [•]

Ref.: [•]

Prezados Senhores,

Servimo-nos da presente notificação ("Notificação") para comunicar V.Sas. acerca da celebração do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças", celebrado entre Agropecuária Rio Arataú Ltda. e a Queiroz Galvão S.A. ("Garantidores"), o Banco Bradesco S.A., o Reading Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, a PMOEL Recebíveis Ltda., o Pensilvania Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e o Bojnice 421 – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (em conjunto, os "Credores"), VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (em conjunto, os "Agentes Fiduciários"), em [=] de [=] de 2023 ("Contrato"), conforme cópia anexa a esta notificação, por meio do qual os Garantidores, em garantia do fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas, (i) alienaram fiduciariamente em favor dos Credores, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a totalidade das [=] de cotas de emissão do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**RECUPERADOS QUESTÕES GLOBAIS NÃO PADRONIZADO**, fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.041.351/0001-19 ("FIDC") e (ii) a totalidade das [=] de cotas de emissão do **FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO TERRENO QUINTAS GLOBAIS**, fundo de investimento imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.041.467/0001-58 ("FII") (em conjunto, as "Cotas"), e (ii) cederam fiduciariamente em favor dos Credores, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, todos e quaisquer frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Cotas, a qualquer título, inclusive direitos a lucros, juros sobre o capital próprio, bonificações, haveres, e/ou quaisquer outras formas de rendimentos, proventos, remunerações ou pagamentos, em espécie ou bens (*in kind*), também incluídas quaisquer hipóteses de resgates, amortizações, permutas e/ou recompras de Cotas ("Direitos Econômicos das Cotas" e, em conjunto com as Cotas, os "Bens Alienados Fiduciariamente"). O Contrato também prevê, entre outros, limitações à transferência e oneração dos Bens Alienados Fiduciariamente.

Em razão do quanto disposto acima, instruímos V.Sas. para que adotem os seguintes procedimentos ("Procedimentos"):

- (i) no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente Notificação, averbem na escrituração das cotas, o ônus decorrente da alienação e cessão fiduciárias pactuadas no Contrato sobre as Cotas do [FIDC/FII] e impeçam a negociação, disposição e/ou oneração de tais cotas sob qualquer forma, exceto caso seja informado de modo contrário por escrito pelos Credores, bem como forneçam aos Garantidores e os Credores os documentos comprobatórios da realização da averbação ora instruída em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua realização;
- (ii) na hipótese em que venham a ser informados pelos Credores a respeito da ocorrência de um Evento de Execução (conforme definido no Contrato):
  - (a) depositem e façam com que sejam direcionados e depositados na conta a ser indicada pelos Credores todos e quaisquer valores decorrentes dos Direitos Econômicos das Cotas do [FIDC/FII]; e
  - (b) não registrem os votos do Garantidores em razão da titularidade das Cotas do [FIDC/FII] nas respectivas assembleias gerais de cotistas, exceto caso os Credores

tenham consentido previamente por escrito com referido voto, observada as disposições da Cláusula 6 do Contrato.

- (iii) realizar quaisquer pagamentos aos Garantidores a título de liquidação de cotas nas contas a serem indicadas pelos Credores.
- (iv) não acatem quaisquer modificações encaminhadas pelos Garantidores ou por quaisquer outros terceiros quanto a quaisquer dos Procedimentos, exceto caso seja apresentada evidência por escrito da concordância dos Credores quanto a referidas modificações.

Os termos iniciados por letra maiúscula aqui utilizados e não definidos de outra forma terão os significados a eles atribuídos no Contrato.

Sendo o que nos cabia para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

---

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**

---

**QUEIROZ GALVÃO S.A.**

Ciente e de acordo em \_\_/\_\_/\_\_\_\_:

---

**[FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RECUPERADOS  
QUESTÕES GLOBAIS NÃO PADRONIZADO/FUNDO DE INVESTIMENTO  
IMOBILIÁRIO TERRENO QUINTAS GLOBAIS]**

neste ato representado por sua administradora: **[Administradora do FIDC/FII]**

## **ANEXO A À NOTIFICAÇÃO**

*[anexar cópia do Contrato]*

## ANEXO VII - MODELO DE PROCURAÇÃO

### PROCURAÇÃO

Por meio desta Procuração, **AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**, sociedade limitada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 9º andar, cj. 94, parte R, Itaim Bibi, CEP 05430-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.078.415/0001-00, neste ato representado nos termos do seu Contrato Social e **QUEIROZ GALVÃO S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, Parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.798/0001-55, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social (os "Outorgantes"), constituem e nomeiam, neste ato, irrevogavelmente, **BANCO BRADESCO S.A.** e suas filiais, agências no exterior, controladas e demais empresas do grupo econômico ao qual pertence, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato por si e por sua agência em Grand Cayman representadas por sua Agência 7072-6, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/9064-99, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 228 – subsolo, Botafogo, CEP 22.250-040, na forma do seu Estatuto Social ("Bradesco"); **READING FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimento em direito creditório não padronizado, inscrito no CNPJ sob o nº 50.818.107/0001-10, neste ato devidamente representado por sua administradora, **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.695.922/0001-09, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 18.897, de 7 de julho de 2021 ("Reading"); **PMOEL RECEBÍVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Av. Almirante Barroso, nº 63, sala 806, Centro, CEP 20031-003, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.268.321/0001-05 ("PMOEL"); **PENSILVANIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimentos inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.462.226/0001-82, neste ato representado por sua administradora **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, 19º andar, conjunto 194, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.695.922/0001-09, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 18.897, de 7 de julho de 2021 ("Pensilvania"); **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília/DF e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.657.248/0001-89 ("BNDES"); **BOJNICE 421 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimentos inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.879.122/0001-09, representado por sua administradora **REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1.702, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.829.992/0001-86 ("Bojnice" e, quando em conjunto com o Bradesco, o Reading, a PMOEL, o Pensilvania e o BNDES, os "Credores"); **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** (atual razão social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar, Centro, CEP 20.050-005, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, atuando como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Queiroz Galvão S.A. ("Pavarini"); e **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 3.000, parte 3, Bloco Itanhangá, sala 3105, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, atuando como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Álya Construtora S.A. e da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. – Em Recuperação Judicial ("GDC", em conjunto com a Pavarini e os Credores, os "Outorgados"), como seus procuradores para, agindo em seu nome, de forma isolada ou conjunta, na medida máxima possível, por si ou seus representantes legais ou substabelecidos:

- (a) praticar, em nome dos Outorgantes, todos e quaisquer atos necessários ou convenientes para a efetivação dos registros e/ou averbações mencionados ou contemplados no Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Alienação Fiduciária de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, celebrado em [=] de [=] de 2023, conforme aditado de tempos em tempos (o "Contrato"), bem como para o aperfeiçoamento e constituição da Garantia prevista no Contrato, incluindo sem limitação quaisquer pedidos de registro a serem efetuados junto a quaisquer cartórios de registro de títulos e

documentos, conforme disposto no Contrato, bem como para o aperfeiçoamento e constituição das garantias previstas no Contrato, incluindo sem limitação quaisquer pedidos de registro a serem efetuados junto a quaisquer cartórios de registro de títulos e documentos e quaisquer pedidos de averbações nas escriturações das Cotas, conforme disposto no Contrato;

- (b) exclusivamente para fins de constituição, formalização e aperfeiçoamento da garantia prevista no presente Contrato, inclusive sobre Cotas Adicionais, bem como na hipótese de um Evento de Execução, representar os Garantidores perante o FIDC e o FII, incluindo seu administradores e gestores, quaisquer cotistas do FIDC e do FII, cartórios de registro de pessoas jurídicas e quaisquer outros cartórios, repartições públicas federais, estaduais ou municipais, e perante quaisquer terceiros, assim como representar os Garantidores junto a instituições financeiras em geral, custodiantes e/ou escrituradores, bolsas de valores, mercados de balcão, câmaras ou sistemas de liquidação e custódia, incluindo, mas sem limitações, na prática de quaisquer atos e/ou na assinatura de quaisquer documentos previstos ou contemplados no Contrato;
- (c) na hipótese de ocorrência de um Evento de Execução da garantia prevista no Contrato, assinar, em nome dos Garantidores, respeitando o disposto no Contrato, os documentos necessários para a realização de venda ou transmissão dos bens dados em garantia, celebrar quaisquer instrumentos e adotar todas as providências necessárias perante qualquer entidade ou autoridade governamental para fins da referida execução, requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a acima mencionada execução e para a transferência dos bens dados em garantia nos termos do Contrato, para, realizar, a seu exclusivo critério, leilão público ou venda particular extrajudicial de uma parcela ou da totalidade dos bens dados em garantia, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações;
- (d) na hipótese de excussão da garantia prevista no Contrato, receber o produto financeiro do leilão ou venda dos bens dados em garantia no âmbito do Contrato e alocar tal produto financeiro para pagamento das Obrigações Garantidas;
- (e) na hipótese de ocorrência de um Evento de Execução da garantia prevista no Contrato, para cumprimento integral das Obrigações Garantidas, requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para a execução, excussão ou transferência de Bens Alienados Fiduciariamente a terceiros, bem como representar os Outorgantes, para tais fins, na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante



terceiros, incluindo o FIDC, o FII, quaisquer cotistas do FIDC e do FII e terceiros interessados em adquirir as Cotas, os administradores do FIDC e do FII, quaisquer prestadores de serviço do FIDC e do FII, entidades registradoras e depositários centrais, e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, os cartórios de títulos e documentos, cartórios de protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e de quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou ainda quaisquer outros terceiros;

- (f) na hipótese de excussão da garantia prevista no Contrato, para cumprimento integral das Obrigações Garantidas, renovar, prorrogar ou de outra forma reiterar os termos e condições do Contrato no intuito de manter constituída a garantia outorgada, conforme disposto na Cláusula 2.1 do Contrato, de modo a que as Obrigações Garantidas permaneçam garantidas nos termos do Contrato por todo o seu prazo de vigência;
- (g) em geral, exercer por e em nome dos Garantidores e praticar todos os demais atos que os Credores possam considerar necessários relativos às alíneas (a) a (f) acima; e
- (h) substabelecer os poderes ora conferidos, com ou sem reserva de iguais poderes, no âmbito de procedimentos judiciais e/ou procedimentos arbitrais para execução e/ou excussão dos Bens Alienados Fiduciariamente nos termos do Contrato.

Termos iniciados em letras maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelos Outorgantes aos Outorgados nos termos do Contrato e não cancelam ou revogam qualquer um de tais poderes.

Esta procuração é outorgada em causa própria como uma condição do Contrato e como um meio de cumprir as obrigações ali estabelecidas, e será, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil Brasileiro, irrevogável, válida e efetiva até ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

Esta procuração poderá ser substabelecida com reserva de iguais, permanecendo os Outorgados responsáveis pelos atos praticados pelos substabelecidos. Qualquer sucessor ou cessionário dos Outorgados poderá suceder total ou parcialmente os direitos e poderes dos Outorgados de acordo com os termos aqui previstos, mediante o substabelecimento.

São Paulo, [=] de [=] de 2023

**AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ LTDA.**

**QUEIROZ GALVÃO S.A.**

## **ANEXO VIII – CERTIDÃO**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: AGROPECUARIA RIO ARATAU LTDA.**  
**CNPJ: 05.078.415/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:56:53 do dia 30/07/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 26/01/2024.

Código de controle da certidão: **A3AB.4052.613F.404C**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: QUEIROZ GALVAO S.A**  
**CNPJ: 02.538.798/0001-55**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:17:19 do dia 22/08/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/02/2024.

Código de controle da certidão: **B02B.DE5B.1E8C.093B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.